

RELATÓRIO E CONTAS DE 2011





TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.

Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 9º

4350-158 Porto

Telef. 225071172 - Fax 225071110

Contribuinte n.º 506 240 266

Registado com o n.º 22 na 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto

Capital Social 30.000 euros

RELATÓRIO E CONTAS DE 2011

INDICE

Mensagem da Presidente	5
Números da Intermodalidade em 2011	7
Relatório de Gestão	8
Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto	9
O desafio da Intermodalidade	10
A Intermodalidade em 2011	12
Actividade Comercial	18
Expansão do Sistema Intermodal Andante	22
Comunicação com o Cliente	25
Outras Áreas de Actividade	30
Actividade Económica e Financeira	31
Proposta de Aplicação dos Resultados	38
Perspetivas para 2012	39
TIP – O Governo do ACE	43
Missão, Visão e Política	43
Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais	47
Regulamentos Internos e Externos	56
Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas	57
Informação sobre outras transações	57
Análise de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental	59
Avaliação de cumprimento dos Princípios de Bom Governo	63
Código de Ética e Conduta	63
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	64
Sistema de Controlo	64
Prevenção de Conflitos de Interesse	64
Divulgação da Informação	65
Decisões mais relevantes do Conselho de Administração	65
Contas do Exercício de 2011	69
Balanço a 31 de Dezembro de 2011	70
Demonstração dos Resultados por Naturezas dos exercícios de 2011 e 2010	71
Demonstração das alterações no Capital Próprio de 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2011	72
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios de 2011 e 2010	73
Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011	74
ANEXOS	88
Indicadores 2009 – 2011 - Informação Estatística Relevante	89

MENSAGEM DA PRESIDENTE

Para o TIP, o ano de 2011 representou o fim de uma etapa da sua atividade, com a efetiva entrada em funções da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP).

Pode afirmar-se que, até 2011, o TIP constituiu o único instrumento, criado pela iniciativa da STCP, da Metro do Porto e da CP, para lançar a intermodalidade na Área Metropolitana do Porto (AMP) e, com ela, estabelecer as bases de um verdadeiro sistema de transportes na zona. Foram nove anos de consolidação do Sistema Intermodal Andante, com forte crescimento pela entrada em serviço da 1ª fase da rede de metro e, em 2007, aquando do alargamento do sistema a toda a rede da agrupada STCP, a par de uma adesão, ainda que pouco significativa, de Operadores Rodoviários Privados.

No final de 2007 o Andante registava já 68,5 milhões de validações no total de 176 milhões de todo o Transporte Público (TP) na zona, representando 38,9%, e atingiu, no final de 2011, o valor de 104,7 milhões, ultrapassando 56,2% do total de 186,2 milhões de validações registadas. Contribuiu, pelas condições de preferência criadas nos clientes, para o crescimento do TP global da zona servida em 5,6% só nesses quatro anos.

Finda esta etapa é agora indispensável a clarificação das competências antes asseguradas pelo TIP que a AMTP passe a garantir, designadamente as que resultam diretamente das atribuições que legalmente lhe estão cometidas. Com esse objetivo, o TIP colocou ao Exmo Senhor Dr. Sérgio Silva Monteiro, Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o pedido de especificação das competências a transferir, como condição essencial à definição do futuro do TIP e do seu modelo de negócio, se mantiver a atividade.

Independentemente da solução que vier a ser adotada, o sucesso desta iniciativa – em boa hora concretizada pelos três operadores públicos da AMP – fica definitivamente comprovado pelo seu carácter pioneiro no País e pelos resultados obtidos na captação de clientes para o TP e na melhoria generalizada da qualidade de um serviço de que diretamente beneficia a comunidade servida.

Cumpra agora prestar tributo a todos quantos tornaram possível esta realidade e formular o voto convicto de que o futuro contribua para gradualmente desenvolver todas as

melhorias de qualidade conquistadas, num caminho de progresso do projeto e nunca de regressão e de perda.

E ainda os votos de que a AMTP possa concretizar a sua tarefa, pesada e abrangente, em prol de um sistema de transportes da Área Metropolitana do Porto de que possamos orgulhar-nos cada vez mais.

20 de Fevereiro de 2012

(Fernanda Meneses)



NÚMEROS DA INTERMODALIDADE EM 2011

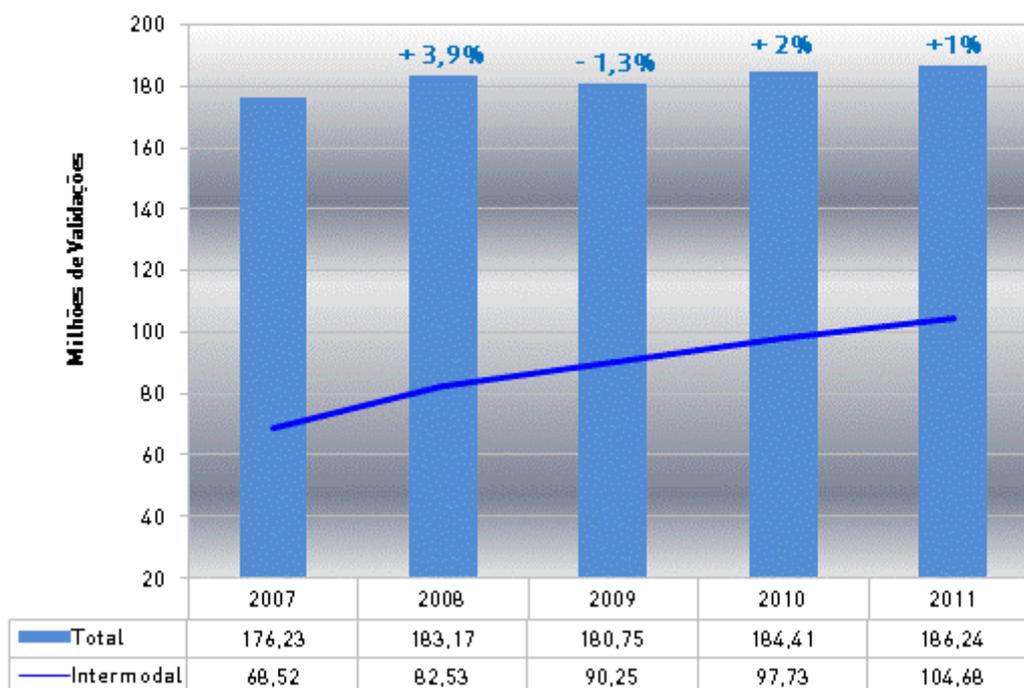
- 105 milhões de validações totais do sistema intermodal
- 60 milhões de euros de receita proveniente da venda de títulos intermodais
- 56,6 validações médias mensais por cartão Andante Gold no sistema intermodal
- 0,50 euros de valor médio por validação de títulos de Assinatura normal
- 4,4 validações médias mensais por cartão Andante de suporte em papel
- 0,86 euros de valor médio por validação de títulos de viagem
- 1,7 milhões de cartões Andante azul (CTS) vendidos
- 74 mil cartões Andante gold vendidos
- 1.930 validadores intermodais instalados
- 25 zonas da rede intermodal Andante servidas pelos diferentes operadores aderentes
- 9 operadores aderentes ao sistema intermodal
 - CP + MP + STCP + Resende + Espírito Santo + Maia Transportes + Valpi + OFR + Nogueira da Costa
- 95 linhas de operadores rodoviários integradas
 - 81 STCP + 3 Resende + 1 Espírito Santo + 1 Maia Transportes + 6 Valpi (nº linhas divulgadas ao público) + 2 OFR + 1 Nogueira da Costa
- 100 estações de operadores ferroviários integradas
 - (81 MP + 19 CP)
- 845 pontos de venda de títulos intermodais
 - 10 Lojas Andante
 - 13 Postos de Atendimento de operadores aderentes
 - 231 Máquinas de Venda Automática
 - (200 MP + 31 CP)
 - 590 Revendedores
 - Rede Multibanco em todo o país
 - Bilheteira do Funicular dos Guindais
- 13 milhões de cartões em papel não comercializados e 23 toneladas de resíduos de papel evitados pelo facto de os cartões serem recarregáveis

RELATÓRIO DE GESTÃO

Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto

O ano de 2011 refletiu um ligeiro acréscimo na procura global do sistema de Transportes Públicos da Área Metropolitana do Porto (AMP) com um aumento de 1% face ao ano anterior.

Os dados referentes à utilização do sistema de Transportes Públicos na AMP incluídos no gráfico seguinte traduzem um aumento de aproximadamente 10 milhões de utilizações entre 2007 e 2011, apenas com uma ligeira quebra em 2009, registando-se no período uma continuada expansão da procura total de TP e um forte crescimento da procura intermodal com uma subida de cerca de 36 milhões, superior a 50%.



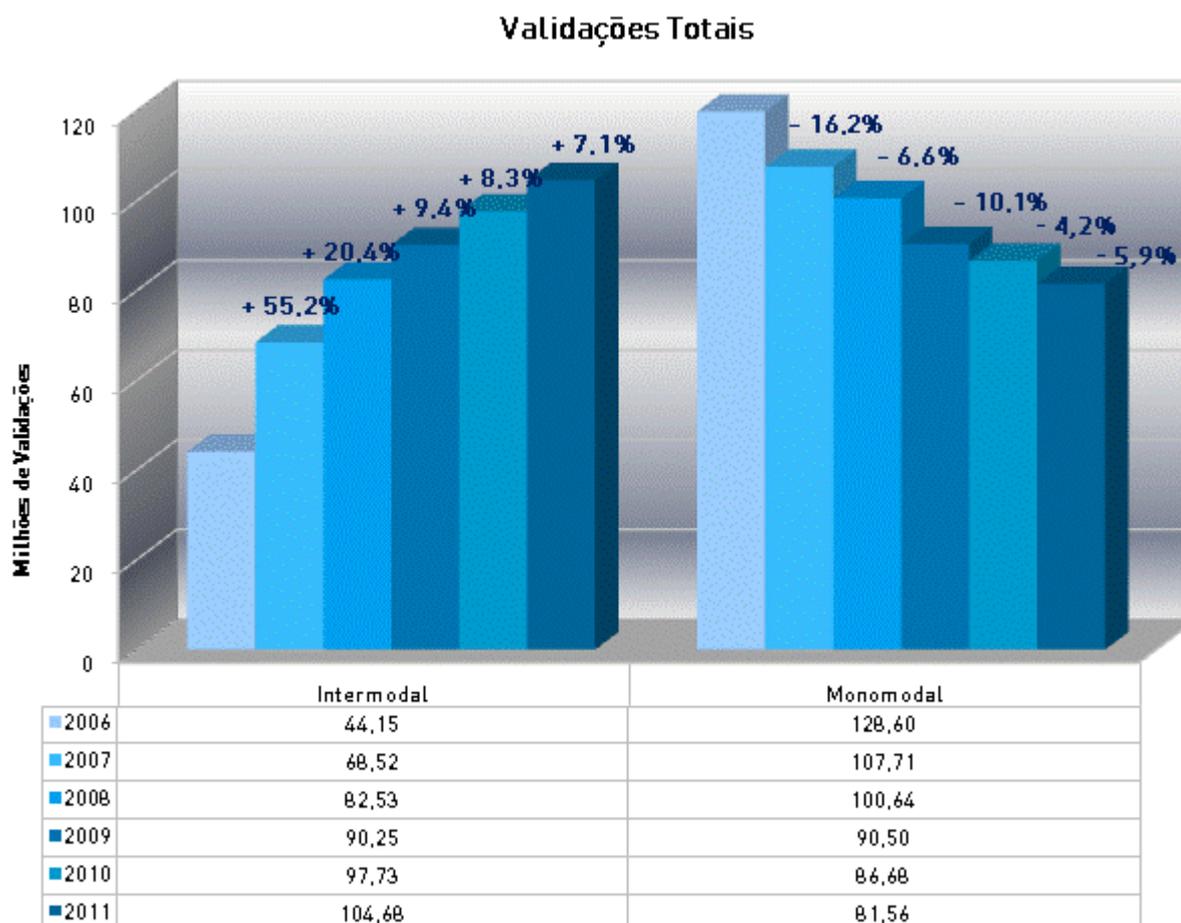
O desafio da Intermodalidade

Em 2011 verificaram-se aproximadamente 105 milhões de validações no Sistema Intermodal Andante traduzindo-se num acréscimo de 7,1% face a 2010 confirmando um aumento consolidado, ano após ano, da intermodalidade e reforçando o papel determinante do Sistema Intermodal Andante no sistema de Transportes Públicos da Área Metropolitana do Porto (AMP).

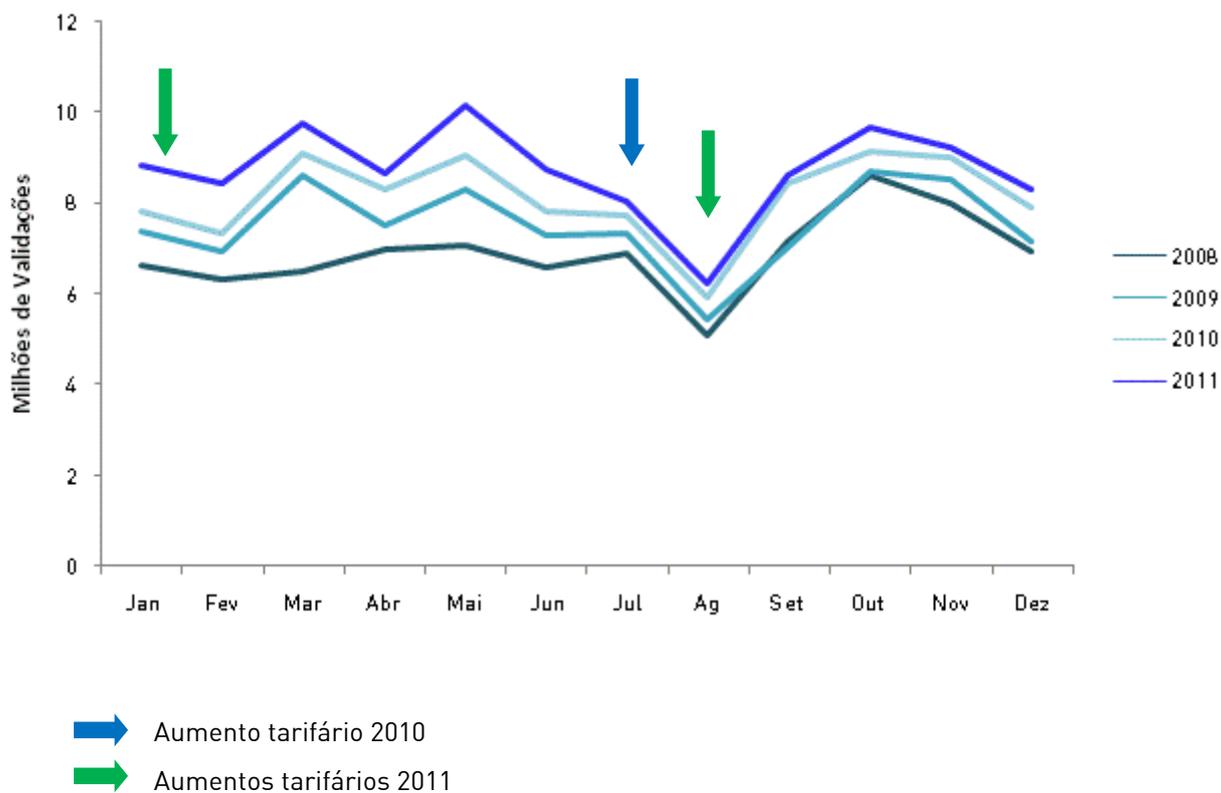
Entre 2007 e 2011, o aumento do Transporte Público resulta de uma diminuição de aproximadamente 26 milhões nas validações monomodais e de um expressivo ganho de cerca de 36 milhões nas validações Andante.

Em 2011, o Andante representou cerca de 56% das utilizações de Transporte Público com uma subida de 3 p.p. face a 2010, revelando-se progressivamente como opção da maioria dos utilizadores de Transporte Público da AMP.

O desafio da intermodalidade lançado em 2003 confirma cada vez mais uma aposta ganha.



A evolução das validações intermodais é a que se reproduz no gráfico seguinte:



O máximo absoluto mensal de validações ocorreu em 2011 no mês de Maio, com cerca de 10 milhões de validações.

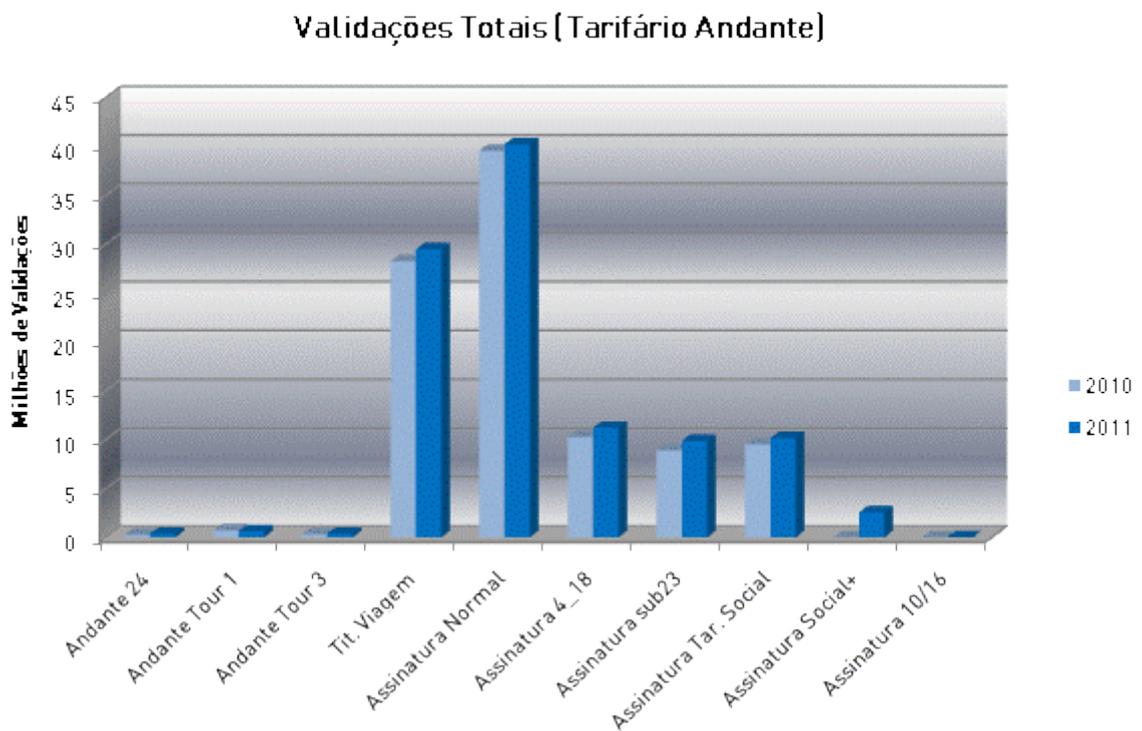
O maior volume diário de validações intermodais registou-se no dia 3 de Maio de 2011, terça-feira, com aproximadamente 432 mil validações.

A Intermodalidade em 2011

Os títulos de assinatura normal são os que registam maior procura (40,2 milhões de validações) com cerca de 38% do total de validações no ano em análise.

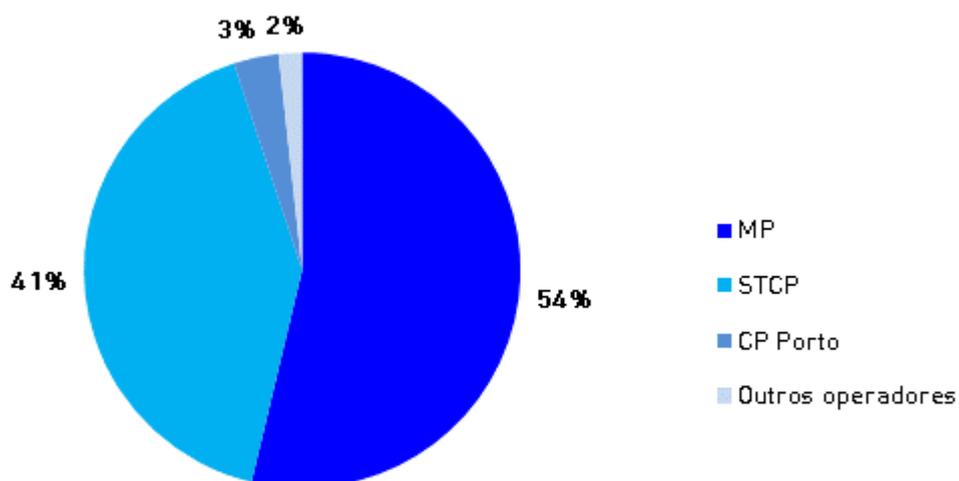
Estes títulos registaram um acréscimo de 1,7% na procura face a 2010.

O título que registou a maior percentagem de utilização face ao ano anterior foi o Andante 24 (30%) sendo o Tour1 o que registou maior perda (-17%). Estima-se que o forte aumento do preço do título diário Tour 1 de 5 eur para 7 eur em Agosto de 2011 possa estar na origem destes resultados.



A distribuição da procura por tipologia de título revela que aproximadamente 70% das validações dos títulos intermodais respeitam a assinaturas, sendo 30% referentes a títulos ocasionais. Esta distribuição manteve-se constante face a 2010.

A distribuição das validações intermodais por operador no ano de 2011 foi a seguinte:



Verificou-se em todos os operadores um aumento das validações intermodais face a 2010, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Validações Intermodais	2010	2011	Δ 10/11
MP	54,05	56,23	4,0%
STCP	39,14	43,16	10,3%
CP Porto	3,37	3,48	3,3%
Resende	1,03	1,31	27,2%
Espírito Santo	0,08	0,10	25,0%
Maia Transportes	0,03	0,04	33,3%
Valpi	0,03	0,04	33,3%
OFR		0,31	
Nogueira da Costa		0,00	
	97,73	104,68	7,1%

Unidade: milhões de validações

Nota: Operador Nogueira da Costa com 885 validações em 2011.

Os carregamentos de assinaturas normais efetuados durante o ano de 2011 (629 mil), as respetivas validações (40 milhões) e a receita correspondente (20 milhões de euros) permitem constatar que os Clientes de Assinatura normal pagaram, em média, 0,50 euros por cada validação.

No que se refere aos títulos de viagem Andante, do total de carregamentos efetuados durante o ano de 2011 (22 milhões), das respetivas validações (29 milhões) e da receita correspondente (25 milhões de euros) conclui-se que os portadores destes títulos pagaram, em média, 0,86 euros por cada validação.

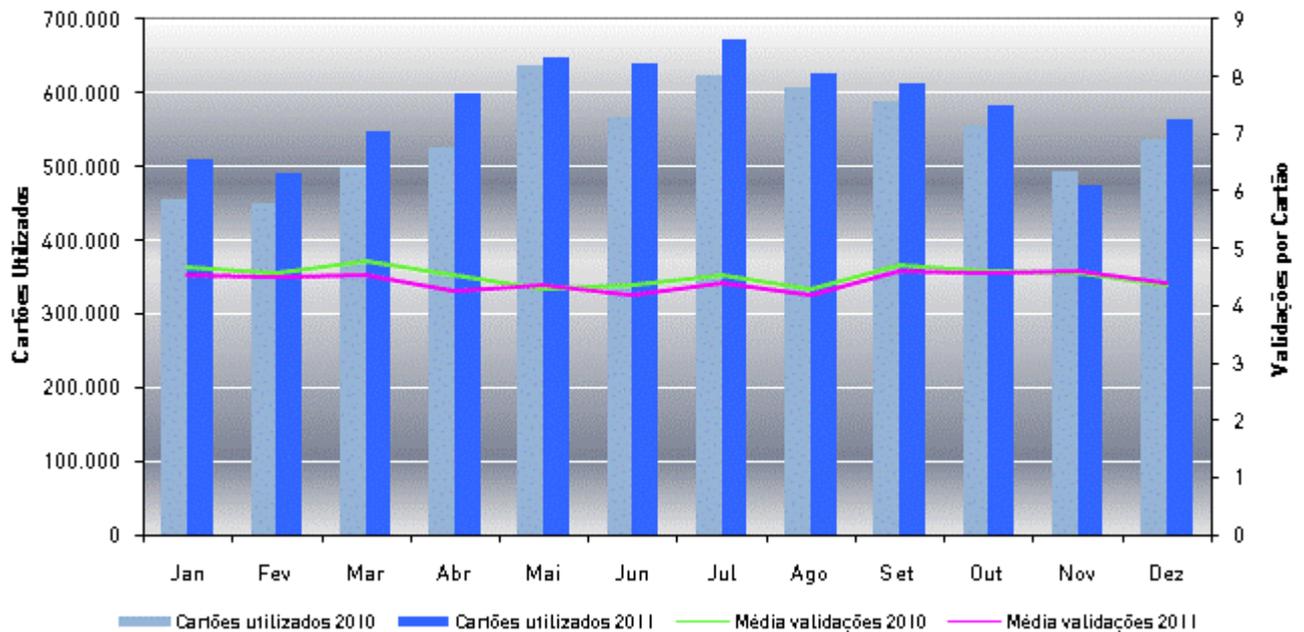
No decorrer do ano de 2011 registou-se um crescimento do número de cartões Andante em PVC utilizados (cartão personalizado para os títulos de assinatura), tendo-se igualmente registado um aumento, apesar de menos acentuado, do número de cartões Andante de suporte em papel (cartão para clientes ocasionais).

Em termos médios mensais, foram utilizados 108 mil cartões Andante de suporte em PVC (mais 9% que em 2010) e 580 mil cartões Andante de suporte em papel (mais 6,5% que no ano precedente).

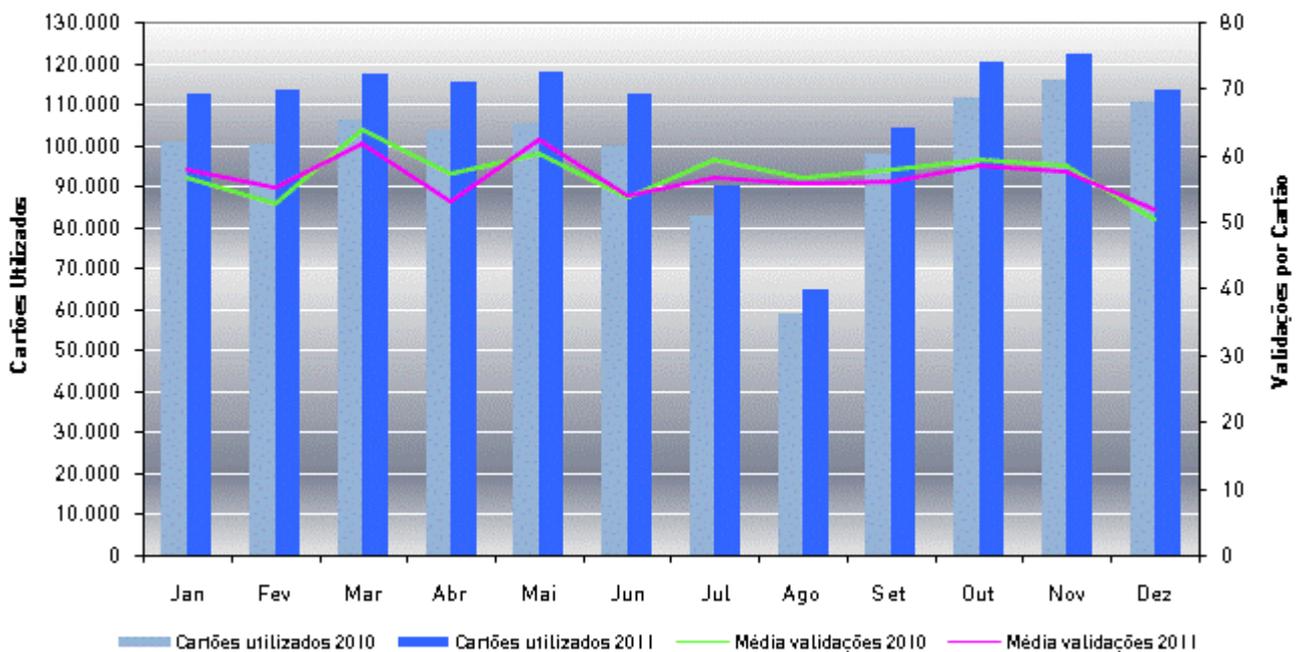
Em termos médios, cada cartão Andante de suporte PVC foi validado no sistema intermodal 56,6 vezes por mês, o que reflete um ligeiro decréscimo de 0,95% face a 2010. No caso dos cartões Andante de suporte em papel, o número médio mensal de validações por cartão foi de 4,43, com uma redução de 2,14% face a 2010.

Nos meses de férias existe um efeito contrário na quantidade de cartões utilizados para carregamento de títulos de assinatura (PVC) e títulos ocasionais (papel), já que a quantidade dos primeiros nos meses de Julho e Agosto sofre uma quebra, enquanto a quantidade dos cartões em papel alcança os seus máximos precisamente nos meses de verão.

Cartões Andante de suporte em papel

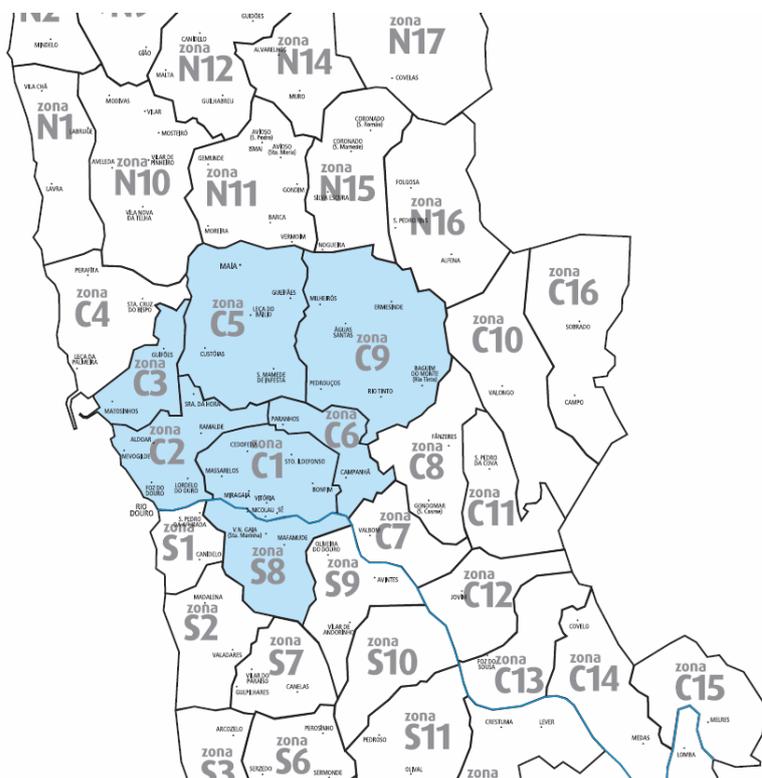
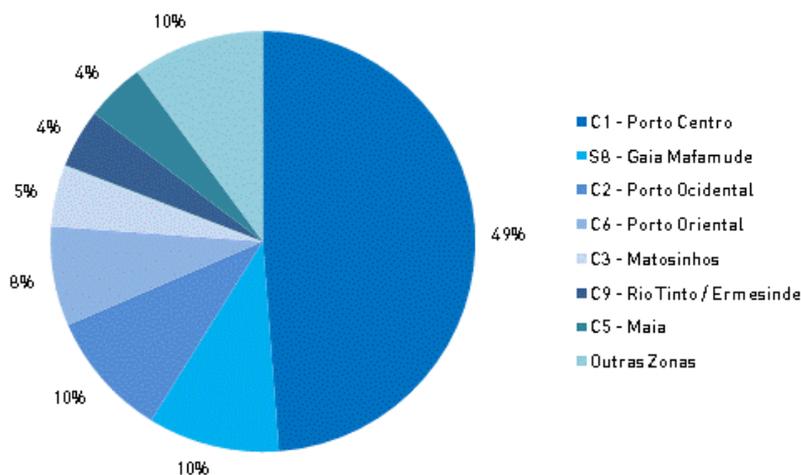


Cartões Andante de suporte PVC



No que se refere à procura por zonas, constata-se ser a zona C1 (Porto Centro) indiscutivelmente a de maior procura com aproximadamente 50% das validações totais, seguindo-se as zonas S8 (Gaia Mafamude) e C2 (Porto Ocidental) com 10% e 9,7% respetivamente. Note-se que em 2011 se verificou uma inversão face a 2010 na posição das 2ª e 3ª zonas mais procuradas sendo a zona S8 a assumir agora a 2ª posição.

No seu conjunto, as zonas mais centrais C1, C2, C3, C5, C6, C9 e S8 concentram cerca de 90% do total de validações do sistema intermodal Andante.



As deslocações de curta distância (clientes utilizadores de 2 ou 3 zonas) constituem a maioria das deslocações intermodais, representando aproximadamente 78% das validações efetuadas no ano em análise.

Esta percentagem manteve-se constante relativamente a 2010.

Actividade Comercial

1. Vendas

Desde o lançamento do sistema tarifário intermodal, em 2003, foram vendidos aproximadamente 13 milhões de cartões com utilização intermodal, dos quais cerca de 1,8 milhões em 2011. Estima-se que estejam activos em 2011 (com validações) aproximadamente 4 milhões de cartões.

Em 2011, foram vendidos 1,3 milhões de títulos de assinatura, o que reflete um acréscimo de aproximadamente 8% face a 2010.

No que se refere aos títulos ocasionais, em 2011 foram vendidos 22 milhões traduzindo-se numa subida de aproximadamente 4% relativamente ao ano anterior.

1.1. Obrigação Tarifária

Fruto de protocolos celebrados com a Tutela e de legislação publicada, o tarifário Andante inclui títulos com redução de preço face às tarifas normais, nomeadamente as assinaturas de Tarifário Social (Júnior, Estudante, Reformados e Pensionistas e Terceira Idade), *Social+* e ainda as assinaturas 4_18@descola.tp e Sub_23@superior.tp, variando os descontos entre 25 e 50%.

Relativamente ao Tarifário Social, foram vendidos 170 mil títulos de assinatura tendo-se observado uma subida de aproximadamente 5% relativamente ao ano anterior.

A introdução do tarifário *Social+*, a 1 de Setembro, veio permitir o acesso a condições tarifárias mais vantajosas (desconto de 25% face ao preço de venda ao público da assinatura normal) a agregados familiares com menores recursos económicos. Entre Setembro e Dezembro foram carregados cerca de 39 mil títulos de assinatura *Social+*.

A diminuição verificada na quantidade vendida de títulos de assinaturas normais no período Setembro / Dezembro face ao mesmo período do ano anterior (-12%) pode provavelmente ser justificada pela transferência de Clientes do tarifário normal para o novo tarifário *Social+*.

Note-se que, no seu conjunto (tarifário Social, 4_18, Sub23 e *Social+*), se registou um acréscimo de aproximadamente 15% na quantidade vendida relativamente a 2010.

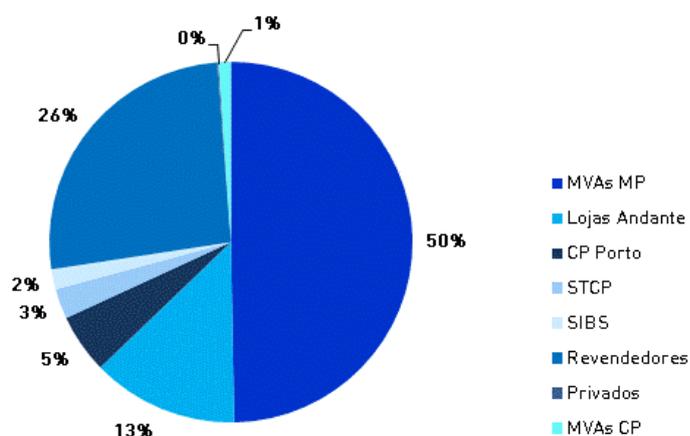
Este grupo de títulos representou, em 2011, cerca de 51% das vendas totais de títulos de assinatura mensal:

Títulos de Obrigação Tarifária				
Quantidade Vendida	2008	2009	2010	2011
Tarifário Social	291.075	232.720	161.566	170.259
4_18@escola.tp	63.237	191.372	222.650	237.467
sub23@superior.tp	0	61.760	194.131	216.419
Social+	0	0	0	39.032
	354.312	485.852	578.347	663.177
Peso total venda assinaturas	40%	46%	48%	51%

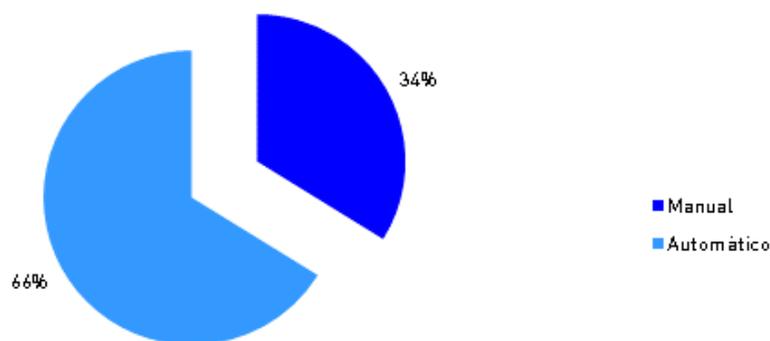
1.2. Receita Intermodal

A receita Andante proveniente da venda de títulos intermodais ascendeu em 2011 a aproximadamente 60 milhões de euros e apresenta-se com um acréscimo de 15% face a 2010.

A distribuição da referida receita por canal de venda é a que se apresenta no gráfico seguinte:



A análise do total de carregamentos de títulos de transporte Andante efetuados durante o ano de 2011 permite constatar que a grande maioria é feita nas Máquinas de Venda Automática e no Multibanco, tal como se pode observar no gráfico seguinte:



1.3. Andante Tour

A venda de títulos de transporte especialmente vocacionados para turistas – Andante Tour – registou um decréscimo de 13% face ao ano transato facto que muito provavelmente poderá ser justificado pelo aumento de preço em Agosto de 2011 (de 5 eur para 7 eur o Tour 1 e de 11 eur para 15 eur o Tour 3).

Efetivamente, a quebra na venda de títulos Tour registou-se entre Agosto e Dezembro tendo as vendas passado de 67.000 títulos em 2010 para 33.000 títulos em 2011.

Foram vendidos em 2011 cerca de 109 mil títulos Andante Tour 1 (válidos durante 24h consecutivas após a 1ª validação) e aproximadamente 29 mil títulos Andante Tour 3 (válidos durante 72h consecutivas após a 1ª validação) representando 79% e 21% do total das vendas de títulos Tour, respetivamente.

A maior incidência de vendas ocorreu, como habitualmente, nos meses de Verão, nomeadamente Julho e Agosto.



2. Tarifário Andante

No âmbito dos despachos normativos 30/2010 de 31 de Dezembro de 2010 e 11-A/2011 de 20 de Julho de 2011 e ao abrigo do Decreto-Lei 8/93, registaram-se 2 aumentos tarifários no decorrer do exercício.

A 1 de Janeiro de 2011 o aumento tarifário máximo foi de 4,5% para títulos de viagem e de 3,5% para títulos de assinatura de que resultou um aumento tarifário médio ponderado de 2,48%.

Em Agosto o aumento tarifário máximo global foi de 15% de que resultou um aumento tarifário médio ponderado de 14,05%.

3. Produtos Andante

Nos termos da Portaria Conjunta 272/2011 dos Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego e do Despacho 14216/2011 do Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, foi lançada a 1 de Setembro a assinatura Andante *Social+*.

Trata-se de uma assinatura intermodal com desconto de 25% sobre o preço da assinatura normal, especialmente vocacionada para agregados familiares com menores recursos económicos.

Entre os meses de Setembro e Dezembro registaram-se carregamentos de 38 mil assinaturas *Social+* a que corresponde uma receita de 1.016 mil euros. Saliente-se que, a 31 de Dezembro de 2011, aproximadamente 11 mil Clientes são portadores da nova assinatura Andante *Social+*.

Aproveitando o momento de revisão na oferta de títulos de transporte Andante e dada a sua reduzida expressão comercial, foi descontinuada a assinatura Andante 10/16, válida nos dias úteis entre as 10h e as 16h e aos fins-de-semana e feriados sem qualquer restrição horária. Este título, lançado em 2003 para colmatar a inexistência de um tarifário mais vantajoso para Clientes que têm a possibilidade de viajar fora das horas de ponta, foi amplamente absorvido pelo tarifário social Sénior lançado em Maio 2006.

Expansão do Sistema Intermodal Andante

1. Rede Intermodal Andante

No que concerne à rede intermodal, verificou-se uma expansão quer através de novas linhas de operadores já aderentes quer através de novos operadores.

Contribuíram para este alargamento, em 2011, a Metro do Porto e também diversos Operadores Rodoviários Privados no âmbito do Protocolo outorgado entre a AMTP, a ANTROP, a CP, a MP, a STCP e o TIP, a 21 de Setembro, em que se encontram fixados os critérios de adesão para alargamento do sistema intermodal Andante que viesse a ser proposto por operadores rodoviários.

- 2 Janeiro 2011
 - inauguração da linha F do Metro do Porto entre Senhora da Hora e Fânzeres
 - 1 Agosto 2011
 - adesão de novo operador – Oliveira Fernandes & Ribeiro – com 2 linhas:
 - 100 – Vilar de Andorinho / Porto
 - 109 – Mosteirô / Porto
 - 15 Outubro 2011
 - expansão da linha D do Metro do Porto até Santo Ovídio
 - 1 Novembro 2011
 - adesão de novo operador – Nogueira da Costa – com 1 linha:
 - 5 – Maia (Metro) / Silva Escura (Escolas)
 - adesão de 4 novas linhas do operador Valpi
 - 1 – Milhundos / Porto (via N15)*
 - 7 – Milhundos / Porto (via A4)*
 - 81 – Valongo / Porto (C. 24 Agosto)
 - 91 – Sobrado de Cima / Matosinhos (Mercado)
- *Tarifário Andante apenas a partir de Pinheiro Manso

2. Sistema de Bilhética Intermodal Andante

A partir de Janeiro de 2011, o TIP assumiu toda a manutenção dos equipamentos de bilhética instalados na rede da Metro do Porto (MP), incluindo não só os por si fornecidos mas também os de propriedade da MP. Assumiu igualmente a gestão da reparação dos danos por vandalismo de todos os equipamentos de bilhética sendo o respectivo custo suportado pelo operador a quem o equipamento se encontra cedido.

A 1 de Abril iniciou-se na CP Porto a operação dos equipamentos de bilhética sem contacto fornecidos pelo TIP, incorporando também o tarifário monomodal CP, migrado para a tecnologia sem contacto.

Ocorreu igualmente, durante o exercício de 2011, a instalação de equipamentos de bilhética na “solução piloto” em 30 veículos do operador Oliveira Fernandes & Ribeiro (OFR) para funcionamento nas linhas 100 e 109 cujo percurso passa em Vila D’Este.

É de registar a instalação de 13 validadores novos e um concentrador local (MCL) na nova estação de Sto. Ovídio da Metro do Porto.

Procedeu-se à criação dos perfis e dos títulos *Social+* com entrada em produção em Setembro de 2011, de acordo com as indicações da Tutela.

Foi feita a especificação e realizados testes de integração de operadores rodoviários privados com equipamentos próprios de bilhética sem contacto.

Durante o exercício, foram efetuados testes do projeto de geo-referênciação com vista à sua conclusão, que não veio ainda a ser efectivada.

De salientar o trabalho de caracterização, levantamento, etiquetagem e inserção em aplicação de registo especialmente desenvolvida para o efeito de todos os equipamentos de bilhética por contratualização a entidade externa e que irá viabilizar a Auditoria Externa ao Sistema de Bilhética a ocorrer durante o exercício de 2012.

3. Rede de vendas Andante

A 2 de Abril de 2011 deu-se início à utilização das Máquinas de Venda Automática (MVA) na CP Porto, tanto para a venda do tarifário próprio como do tarifário intermodal no troço Valongo - Espinho.

Registou-se igualmente a deslocação de 3 MVA para a estação de metro de Santo Ovídio, provenientes de outras estações em que estes equipamentos registavam taxas de utilização muito baixas.

A STCP e a CP Porto encerraram postos de venda próprios a 1 de Maio (Loja do Cidadão) e 14 de Dezembro (General Torres) respetivamente, facto que veio aumentar o volume de atendimento nas Lojas Andante mais próximas.

Em Novembro verificou-se a entrada em funcionamento de mais um Ponto de Venda Assistida (PVA) na estação do Vale (Funicular dos Guindais).

Rede de Vendas Andante
Lojas Andante
Trindade
Campanhã
Casa da Música
Brito Capelo
Senhora da Hora
Póvoa de Varzim
General Torres (Ponto Já)
Turismo da Maia
Aeroporto (Posto Turismo)
Trofa
Postos de Atendimento STCP
Hospital S. João
Bom Sucesso
Bilheteiras CP com venda Andante
S. Bento (Centro da Mobilidade)
Campanhã
Ermesinde
Devesas
Espinho
Funicular dos Guindais
Estação do Vale
Operadores Privados
Espírito Santo
Valpi
Resende
Maia Transportes
ETG
MVAs
Metro do Porto
CP
Revendedores
Rede Multibanco

Comunicação com o Cliente

No decorrer do exercício de 2011, o TIP reforçou o seu papel ativo na promoção da mobilidade sustentável apostando numa informação clara, direta e objetiva da rede intermodal Andante e do seu modo de funcionamento, na promoção da utilização do transporte público, no reforço de notoriedade da marca Andante e na fidelização de Clientes, entre outros.

Ao longo do ano, foram concretizadas diversas ações com um denominador comum: “Soluções de mobilidade. À sua medida”.

Andante CP

Acompanhando a chegada da bilhética sem contacto à CP Porto, tal como anteriormente referido, as estações desta agrupada, abrangidas pelo sistema intermodal Andante, passaram a contar a 2 de Abril com Máquinas de Venda Automática (MVA) capazes de permitir em simultâneo a venda de títulos de transporte intermodais e monomodais (tarifário próprio e exclusivo da CP).

Para além da campanha de comunicação levada a cabo pela CP, o Andante procedeu à colocação de sinalética identificativa Andante em todo o parque de MVA em funcionamento nas estações da CP Porto.

Estes equipamentos registaram, em 2011, vendas de aproximadamente 280 mil títulos a que corresponde uma receita de 650 mil euros.



Renovação obrigatória do perfil Reformado / Pensionista

Em Junho foi amplamente divulgada a renovação obrigatória do perfil Reformado / Pensionista a ocorrer no mês de Julho, dotando o público de toda a informação necessária. Para além das longas filas de espera, evitou-se igualmente a deslocação desnecessária dos Clientes às Lojas Andante apenas para obter informação quanto à documentação a apresentar.



**REFORMADO/PENSIONISTA
NÃO ESQUEÇA!**

Campanha “Regresso às Aulas”

Entre Julho e Setembro decorreu a Campanha “Regresso às Aulas” apelando a uma participação ativa dos estudantes na renovação antecipada do perfil do seu cartão, de obrigatoriedade anual.

A mensagem de renovação obrigatória transversal a todos os perfis (4_18@escola.tp, sub23@superior.tp e Estudante) foi veiculada das mais diversas formas, nomeadamente folhetos informativos, anúncios imprensa, site Andante e das suas agrupadas, ecrãs da MVA, mupis e cartazes nos mais variados suportes dos diferentes operadores aderentes ao Sistema Intermodal Andante, entre outros. Foi igualmente reforçado o contacto com o público não só nas Lojas Andante mas também no Call-Centre.

Indo ao encontro dos estudantes, o TIP instalou um balcão Andante na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto pronto para apresentar as melhores soluções de mobilidade. Neste balcão, para além da venda de títulos de transporte, foi também possível a renovação de perfil e a personalização de cartões Andante.

Em 2011 registou-se uma forte afluência a este balcão não só para as atividades acima referidas mas também para obter informações sobre a nova assinatura Andante *Social+*.

A produção de informação e sua divulgação atempada, bem como a renovação do equipamento informático de venda manual, contribuíram de forma muito vincada para o sucesso desta campanha.

Nesta campanha pretendeu-se reforçar a mensagem da flexibilidade dos títulos Andante, possibilitando proceder à renovação sem obrigatoriedade de carregamento simultâneo do respectivo título de assinatura.



Social+

Foi lançada, a 1 de Setembro, a nova assinatura intermodal Andante denominada *Social+* especialmente vocacionada para agregados familiares com menores recursos económicos concedendo um desconto de 25% face ao preço da assinatura normal.

A sua implementação foi acompanhada de uma campanha informativa massiva utilizando diversos suportes nomeadamente folhetos e cartazes, anúncios imprensa, envio newsletter aos Clientes, publicitação no site Andante, utilização de diversos meios próprios das agrupadas nomeadamente displays informativos nas estações e no interior dos veículos, sites. Foi igualmente reforçado o contacto com o público não só nas Lojas Andante mas também no Call-Centre.

Entre Setembro e Dezembro registaram-se aproximadamente 2,5 milhões de utilizações da nova assinatura, verificando-se uma média mensal de 7.600 carregamentos.

**ASSINATURA
ANDANTE SOCIAL+**

Kit Caloiro

Em Setembro de 2010, novamente em parceria com as suas agrupadas, com a Universidade do Porto, com o Instituto Politécnico do Porto e algumas Escolas de Ensino Particular e Cooperativo, o TIP relançou a acção Kit Caloiro aproveitando o excelente momento de comunicação que representa a entrada dos Jovens na Universidade. Foi entregue a todos os Caloiros, do ensino público e privado, um caderno com informação útil sobre as várias possibilidades de mobilidade e oferecido um título de transporte com o objectivo de induzir a experimentação do transporte público.

PARA ONDE QUERES IR?



Integração de operadores privados na rede intermodal Andante

Dando continuidade à integração de novas linhas e de novos operadores no sistema intermodal Andante conforme já referido neste relatório, foi produzida e divulgada informação generalizada relativamente aos percursos, enfatizando as ligações com outros modos de transporte.



Renovação de Lojas

Inserido num projecto abrangente de melhoria das condições da rede de vendas Andante, iniciou-se o projeto em Setembro com a Loja da Senhora da Hora, seguindo-se a Loja Andante da Trindade. Estas lojas foram dotadas de estruturas de segurança e de melhoria de condições de funcionamento, criando igualmente melhores condições para os Clientes.



Call Centre Andante

No decorrer do ano de 2011, a Linhandante rececionou aproximadamente 41 mil chamadas, mantendo assim o seu elevado nível de apoio informativo aos Clientes do sistema intermodal Andante. Face ao ano transato, registou-se um aumento de aproximadamente 5% no número de contactos.

Tratamento de Reclamações

O volume de reclamações recebidas em 2011 (2.742) registou uma diminuição de aproximadamente 16% face a 2010 (3.247).

Das 2.742 reclamações registadas, aproximadamente 72% referem-se a questões relacionadas com as MVA, nomeadamente por retenção de valores (52%).

Importa salientar que, no ano em análise, a taxa de reclamações relativa a valores retidos nas MVA face ao número total de transacções efectuadas por estes equipamentos é muito reduzida (inferior ainda a 2010), conforme se constata pelos valores dos rácios a seguir detalhados:

- Taxa de reclamações TIP = N° reclamações / N° transacções intermodais = 0,015%
- Taxa de reclamações MVA = N° reclamações MVA / N° transacções MVA = 0,001%.

No que se refere ao tratamento das reclamações registadas em Livro Vermelho, por comunicação do IMTT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres) enviada ao TIP a 29 de Julho, esta competência foi transferida para a AMTP (Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto), tendo passado o TIP a remeter a esta entidade todas essas reclamações.

Clikz

A funcionalidade Clikz, lançada em 2010 e que permite aos Clientes do sistema intermodal Andante uma maior flexibilidade carregando dois títulos ocasionais diferentes no mesmo cartão Andante (azul ou gold), viu o seu sucesso consolidado em 2011, tendo-se registado aproximadamente 450 mil utilizações do serviço correspondendo a uma média mensal de 25.000 carregamentos.

Entre 2010 e 2011 somam-se cerca de 465 mil carregamentos a que corresponde uma receita aproximada de 628 mil euros.



Outras Áreas de Actividade

Andante Pro

Com o intuito de manter a promoção da intermodalidade junto do universo empresarial, foram renovados os acordos com as empresas aderentes no sentido de conceder descontos especiais na aquisição, pela respectiva empresa, de títulos de Assinatura anual Andante Pro para todo o seu efetivo.

No mesmo âmbito, foram igualmente renovados dois acordos para descontos de quantidade.

Parcerias para a promoção da mobilidade

No âmbito das comemorações da Semana Europeia da Mobilidade, o TIP associou-se à AdePORTO – Agência de Energia do Porto, manifestando o seu apoio através da atribuição de títulos de transporte para a iniciativa Mobipaper realizada a 17 de Setembro.

Esta iniciativa teve por objectivo a promoção da utilização do transporte público e os modos leves de transporte (andar a pé, bicicleta, etc.) e traduziu-se na realização de 8 percursos intermunicipais alternativos nos concelhos associados da AdEPorto, nomeadamente, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde.

Introdução

O exercício de 2011 caracteriza-se por um aumento da atividade deste ACE, nomeadamente pela entrada em operação da 1ª fase do sistema de bilhética sem contacto na rede CP Porto, pela integração de uma nova linha do Metro do Porto e pela integração de 5 novas linhas de operadores privados no Sistema Intermodal Andante (SIA). Adicionalmente e em observância ao princípio da equidade de tratamento dos operadores aderentes ao SIA, em particular as suas agrupadas, o Conselho de Administração deliberou a assunção dos custos relativos à manutenção dos equipamentos instalados na rede Metro do Porto e gestão das respetivas Máquinas de Venda Automáticas (MVA) pelo TIP. Este último ponto prende-se com o facto de, em Abril de 2010, ter terminado o contrato inicial de construção e exploração da rede de metro ligeiro, que custeava aquelas atividades, passando a ser suportado pelo TIP, à luz do procedimento estabelecido para os restantes operadores integrantes do Andante.

Estas alterações tiveram um forte impacto na atividade económica do TIP, como se detalhará ao longo deste capítulo.

Situação Patrimonial

No Ativo não Corrente verifica-se um decréscimo de 18,5% face ao exercício de 2010, que resulta essencialmente da depreciação dos ativos fixos tangíveis durante o exercício de 2011.

Ao nível dos investimentos realizados, que totalizaram 269 mil euros, destaca-se a aquisição de equipamento básico no montante de aproximadamente 235 mil euros. Do conjunto de operações efectuadas releva-se o investimento em equipamento informático intermodal (nomeadamente, aquisição, instalação e colocação ao serviço de validadores, PVA/PVAP, MVA, entre outros, para diferentes operadores) no valor global de aproximadamente 175 mil euros e em software de gestão da receita (nomeadamente a certificação do sistema de faturação e a criação da nova tarifa *Social+*) totalizando cerca de 47 mil euros.

Regista-se um acréscimo de 75% na rubrica Ativo Corrente, facto essencialmente associado ao aumento das seguintes rubricas:

- Caixa e Depósitos Bancários: Aumento de 70% (cerca de 1,9 milhões de euros) que se justifica essencialmente por um aumento no valor de depósitos bancários, decorrente das vendas de títulos de transporte ocorridas em final de Dezembro – receita ainda não repartida pelos operadores;
- Clientes: variação de 136% (cerca de 1,7 milhões euros) que se justifica, essencialmente por uma variação positiva das contas de clientes das agrupadas, nomeadamente por conta da imputação de Comissão Rede de Vendas, *Fee* de validação monomodal, renda ao abrigo do contrato cedência de equipamento de bilhética estabelecido com a CP, fornecimento de andantes Tour1 dia para venda a bordo dos autocarros da agrupada STCP, fornecimento de títulos Andante Pro e suportes monomodais e encargos imputados por conta de processos de vandalismo, prémios de seguro e serviços especiais.

O Capital Próprio aumentou o seu saldo negativo em 74%, motivado essencialmente pela diminuição do resultado líquido do período (passou de 278,6 mil euros para 788 mil euros negativos).

A rubrica Passivo não Corrente registou um decréscimo de 21% face ao exercício de 2010.

Relativamente à rubrica Passivo Corrente, que apresentou um aumento de 47% face ao exercício de 2010, importa referir:

- Aumento de 37% do saldo da conta de fornecedores, que se traduz num aumento de aproximadamente 400 mil euros face ao exercício de 2010, explicado essencialmente pelas variações nas contas dos principais fornecedores e prestadores de serviço do TIP.
- Variação de 77% na rubrica Outras Contas a Pagar, que se traduz em cerca de 5,3 milhões de euros, fundamentalmente relacionada com a conta corrente dos operadores do SIA, cujas maiores variações são das agrupadas MP e STCP, respeitantes à receita a repartir.

BALANÇO	2010		2011		Varição 2011/2010
Activo não corrente	5.876.481	53,5%	4.791.534	34,8%	-18,5%
Activo corrente	5.112.952	46,5%	8.967.994	65,2%	75,4%
Activo	10.989.433	100,0%	13.759.528	100,0%	25,2%
Capital Próprio	-1.766.257	100,0%	-3.081.186	100,0%	74,4%
Passivo não corrente	2.821.063	22,1%	2.235.412	13,3%	-20,8%
Passivo corrente	9.934.627	77,9%	14.605.302	86,7%	47,0%
Passivo	12.755.690	100,0%	16.840.714	100,0%	32,0%

(valores expressos em euros)

Resultados

O EBITDA (Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) em 2011 foi de 749 mil euros, registando uma degradação face a 2010 de cerca de 1 milhão de euros, justificada maioritariamente pelo aumento dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos como resultado do incremento da actividade deste ACE, conforme já referido.

Relativamente aos Resultados Antes de Impostos, registaram um agravamento de 1,1 milhões de euros, originando um agravamento do Resultado Líquido que passou de 278,6 mil euros no exercício de 2010 para 788 mil euros negativos no exercício de 2011.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2010		2011		Varição 2011/2010
CMVMC	530.166	11,5%	517.650	8,3%	-2,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.162.229	46,9%	3.715.041	59,6%	71,8%
Gastos com o pessoal	430.266	9,3%	433.617	7,0%	0,8%
Outros gastos e perdas	7.369	0,2%	10.014	0,2%	35,9%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	1.329.907	28,8%	1.368.282	21,9%	2,9%
Juros e gastos similares suportados	153.487	3,3%	185.140	3,0%	20,6%
Imposto sobre o rendimento do período	1.700	0,0%	5.121	0,1%	201,2%
Gastos	4.615.124	100,0%	6.234.867	100,0%	35,1%
Vendas e serviços prestados	4.345.210	88,8%	4.856.322	89,2%	11,8%
Outros rendimentos e ganhos	548.522	11,2%	569.466	10,5%	3,8%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0,0%	21.018	0,4%	n.d.
Rendimentos	4.893.732	100,0%	5.446.805	100,0%	11,3%
Resultado Líquido do Período	278.608		-788.061		-382,9%

(valores expressos em euros)

As rubricas com maior peso relativo na estrutura de gastos são:

- Fornecimentos e serviços externos (60%)
- Gastos/reversões de depreciação e de amortização (22%)
- Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (8%).

Em conjunto, estas três rubricas concentram aproximadamente 90% dos gastos do exercício de 2011.

Face ao exercício de 2010, assistiu-se a um incremento de 35% nos gastos, salientando-se:

- O crescimento de 72% na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos, motivando uma variação absoluta de aproximadamente 1.553 mil euros.
- Os agravamentos nas rubricas:
 - Subcontratos (+ 707,2 mil euros) essencialmente decorrente do aumento do custo com a rubrica Transporte de Valores (+ 691 mil euros), pela transferência dos custos com recolha de valores em MVA situadas na rede da MP para o TIP, em que 270 mil euros são custos de 2010, assumidos em 2011.
 - Serviços Especializados (+ 791 mil euros), explicado pelo aumento dos custos com Conservação e Reparações (+ 779 mil euros), motivado essencialmente pela entrada em funcionamento do sistema de bilhética sem contacto na CP e assunção dos custos com manutenção dos equipamentos de bilhética propriedade da MP.

- Serviços Diversos (+71 mil euros) justificados nomeadamente pelo aumento de custos com Rendas (+54 mil euros), Comunicação (+15 mil euros) e Seguros (+7 mil euros), devidos a aumentos dos gastos respetivamente com arrendamento de instalações, tendo o TIP passado a pagar à MP o arrendamento das Lojas Andante situadas em estações desta agrupada, com o agravamento da despesa com a co-locação paga à REFER e com a inclusão de novos equipamentos no seguro de equipamento electrónico (essencialmente CP e MP); de referir que foram incluídos nesta apólice os equipamentos propriedade da MP, para poderem beneficiar das condições do seguro do TIP, sendo este ressarcido pelo correspondente valor do prémio de 9,5 mil euros.
- As reduções nas rubricas Materiais (13,5 mil euros) e Deslocações, Estadas e Transportes (3 mil euros).
- O agravamento em cerca de 21% da rubrica Juros e Gastos similares suportados, relativos a serviços bancários.

Relativamente aos Rendimentos, regista-se um aumento de 11,3% face a 2010, representando uma variação de 553 mil euros, essencialmente relacionado com a evolução positiva na rubrica Vendas e serviços prestados. Esta justifica-se, essencialmente:

- Pelo rendimento inerente à cedência de equipamentos de bilhética à CP na área monomodal (cerca de 235 mil euros);
- Pelos aumentos dos rendimentos inerentes às comissões por validação (em cerca de 91 mil euros) e rede de vendas (de 187 mil euros), decorrentes do crescimento verificado ao nível das validações intermodais, +7,1% e correspondente receita, +7,3 milhões euros.

LIQUIDEZ	2010	2011	Δ %
Liquidez Geral	0,51	0,64	25%
Liquidez Reduzida	0,47	0,60	27%
Liquidez Imediata	0,27	0,33	20%

Pela evolução dos rácios relacionados com a Liquidez, pode-se verificar que o ACE melhorou a sua situação financeira de curto prazo face a 2010 (variação de 25% do rácio Liquidez Geral) e que em 2011 continua a honrar os seus compromissos financeiros (Liquidez Reduzida: < 1).

ATIVIDADE	2010	2011	Δ %
Prazo Médio Recebimento (dias)	105,49	222,88	111%
Prazo Médio Pagamento (dias)	162,43	123,06	-24%

ENDIVIDAMENTO	2010	2011	Δ %
Autonomia Financeira	-16,07%	-22,39%	39%

Em 2011 registou-se um aumento do prazo médio de recebimento de 111% e uma diminuição do prazo médio de pagamento de 24%, pelo que, dado que o TIP paga mais rapidamente aos seus fornecedores do que recebe dos seus clientes, exige um esforço financeiro adicional, justificando parcialmente a deterioração da sua Autonomia Financeira (variação de 39% face a 2010).

FINANCEIRO	2010	2011	Δ %
Custos Operacionais	4.459,94 €	6.044,61 €	36%
Receitas Operacionais	4.893,73 €	5.425,79 €	11%
Grau de Cobertura	109,73%	89,76%	-18%

Quanto ao grau de cobertura operacional regista-se uma deterioração face a 2010 de 18%, traduzindo-se numa deficiente cobertura dos Custos Operacionais pelas Receitas Operacionais (motivando um Resultado Operacional negativo), evidenciando uma deficiente capacidade do TIP em cobrir os seus gastos com os rendimentos atuais.

Esta situação aponta necessariamente para a desadequação do actual modelo de negócio, que carece de reformulação face à nova realidade do sistema de transportes da AMP e à recente evolução do SIA, no sentido do seu alargamento.

Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor de -788.061,43 euros (setecentos e oitenta e oito mil, sessenta e um euros e quarenta e três cêntimos negativos), seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 20 de Fevereiro de 2012

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Vogais:



PERSPETIVAS PARA 2012

Embora se confirmem as orientações estratégicas para o triénio de 2011 – 2013 a evolução futura deste agrupamento estará fortemente condicionada à evolução que se perspetiva para a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP).

Em 2012, e conforme adiante referido no capítulo *TIP – Governo do ACE* deste relatório, as empresas agrupadas do TIP carecem de conhecer exatamente quais as funções e tarefas que a AMTP vai assumir e também a data da respetiva concretização, para permitir a necessária adequação do modelo de negócio do TIP face à nova realidade. Esta matéria está dependente da clarificação pelo Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações solicitada a 19 de Janeiro de 2012.

Paralelamente a este processo continuará a ser garantida, ao longo de 2012, a gestão operacional do sistema de bilhética intermodal (SBI), de que se destacam as seguintes ações:

- I. Sistema de Bilhética:
 - a. Conclusão do processo de auditoria ao Sistema de Bilhética, que viabilize a transferência tecnológica do fornecedor para o TIP
 - b. Conclusão pelo fornecedor dos pendentes do concurso e do desenvolvimento do sistema central intermodal, para permitir a receção definitiva do mesmo
 - c. Afetação dos meios adequados para a gestão operacional interna
 - d. Conclusão da instalação e entrada em funcionamento dos equipamentos de bilhética na CP
 - e. Lançamento de concurso para prestação de serviços de manutenção do sistema de bilhética
 - f. Introdução de melhorias nas ferramentas informáticas que permitam aumentar a eficiência na gestão operacional do SIA
- II. Modelo de Negócio do TIP:
 - a. Reformulação do modelo de negócio em conformidade com a clarificação pela Tutela relativa às competências a assegurar pela AMTP no âmbito da Gestão do Sistema de Bilhética Intermodal

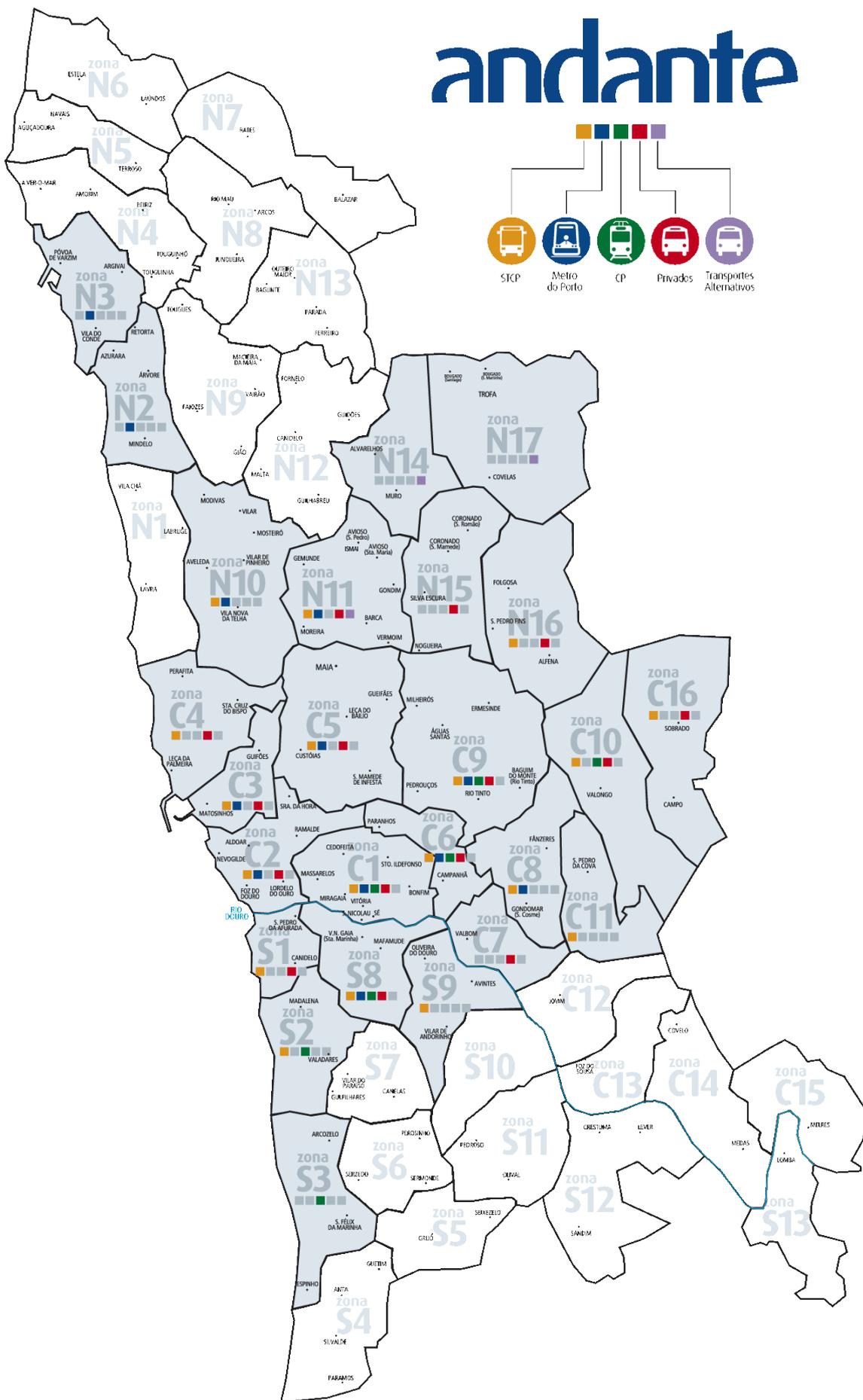
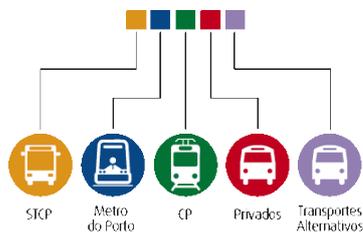
- III. Alargamento do Sistema Intermodal Andante:
- a. Entrega à AMTP, enquanto entidade fiscalizadora do sistema de transportes na AMP, do dossier do “Projeto-Piloto de Georeferênciação”- ferramenta que permite efetuar o controlo de qualidade da operação das linhas afetas ao Sistema Intermodal Andante (SIA)
 - b. Reformulação do Acordo Intermodal Andante em observância do novo modelo de negócio que vier a ser definido
 - c. Clarificação das competências do TIP e da AMTP em matéria de operacionalização da integração de novas linhas no SIA
 - d. Alargamento do SIA a toda a rede CP situada na área geográfica do sistema
 - e. Revisão do zonamento intermodal numa lógica de simplificação para o cliente
- IV. Canais de Vendas:
- a. Conclusão do processo concursal de Prestação de Serviços de Gestão da Rede de Vendas TIP e sua adjudicação
 - b. Lançamento do concurso para a Rede de Agentes de Venda dos produtos geridos pelo TIP (atualmente adjudicado à Payshop) e sua adjudicação
 - c. Lançamento do concurso para prestação de serviços de gestão das MVA e sua adjudicação
 - d. Alargamento dos canais externos acompanhando o alargamento da área geográfica de aplicação do SIA, por via da integração de novas linhas
 - e. Melhoria das condições de funcionamento das Lojas Andante e Linha Andante
- V. Receita Intermodal:
- a. Conclusão do desenvolvimento do novo Modelo de Repartição de Receita segundo o critério de repartição passageiro*quilómetro, incluindo a respetiva certificação
 - b. Definição do novo modelo de gestão da conferência da receita intermodal e melhoria das ferramentas informáticas de apoio
 - c. Prestação de informação correta e atempada às entidades oficiais certificadoras das compensações financeiras a atribuir aos operadores por via das obrigações tarifárias
- VI. Processos internos:
- a. Implementação das recomendações consideradas pertinentes exaradas no Relatório de Auditoria Interna realizada em 2011

- b. Implementação da gestão documental autónoma do TIP, com base na ferramenta Documentum
- c. Dinamização da ferramenta de cadastro do sistema de bilhética e garantia da sua permanente atualização
- d. Gestão operacional dos fornecimentos e prestações de serviços contratualizados, com nomeação de um gestor por contrato e criação de base de dados de contratos que permita o seu acompanhamento formal

VII. Gestão económica e financeira

- a. Dar rigoroso cumprimento às orientações tutelares no sentido da forte contenção de custos, consentânea com o previsto alargamento da atividade do ACE
- b. Prosseguir uma política de investimentos muito restritiva, sob proposta devidamente fundamentada para obtenção de autorização prévia do Conselho de Administração caso a caso
- c. Implementar o novo modelo de negócio e respetivo controlo.

andante



TIP – O GOVERNO DO ACE

Em respeito pela legislação aplicável, nomeadamente a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, que define os Princípios de Bom Governo (PBG) do Sector Empresarial do Estado, e o disposto no artigo 13-A do Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto, encontra-se sumariada neste capítulo a informação mais relevante respeitante ao governo societário do TIP durante o exercício de 2011, primeiro ano em que é dado estrito cumprimento à referida Resolução, atenta a orientação recebida da DGTF a 23 de Novembro de 2011. Esta orientação veio clarificar a inclusão deste ACE no âmbito de aplicação da legislação relativa aos PBG.

Missão, Visão e Política

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE – posiciona-se como o promotor da melhoria da mobilidade sustentada na Área Metropolitana do Porto (AMP) fomentando o crescimento integrado do transporte público de passageiros através do uso de tecnologias inovadoras.

A sua missão assenta nos seguintes pilares:

- Gestão do sistema de bilhética intermodal para a AMP.
- Promoção do aumento da mobilidade dos seus habitantes através da:
 - transferência modal do Transporte Individual;
 - conceção e proposta de uma estrutura tarifária única;
 - gestão rigorosa da receita intermodal;
 - integração de operadores privados no sistema, numa lógica de gestão integrada dos subsistemas, promovendo a racionalidade na utilização dos meios disponíveis;
 - criação e gestão de um sistema de informação intermodal para a AMP;
 - gestão de uma rede integrada de pontos de atendimento na AMP.

As Orientações Estratégicas para o mandato 2010 – 2013 encontram-se definidas, tendo em conta a entrada em funções da AMTP e condicionadas à evolução desta no que é aplicável, destacando-se:

1. Confirmação do modelo de negócio do TIP e respetivo modelo de gestão;
2. Adequação do modelo de negócio face ao aparecimento da AMTP;
3. Afirmação do sistema de bilhética e garantia da autonomia na sua gestão e manutenção;
4. Credibilização do sistema tarifário intermodal junto de todas as partes interessadas;
5. Criar um sistema de informação intermodal que apoie os cidadãos da AMP nas suas decisões de mobilidade e potencie o crescimento da quota de Transporte Público (TP) em projeto a desenvolver em conjunto com as agrupadas;
6. Reanálise da estrutura de zonamento do tarifário ANDANTE, de forma a torná-lo mais perceptível para os utilizadores do sistema de transporte intermodal;
7. Proceder aos estudos necessários de redes complementares que garantam a cobertura geográfica de toda as zonas Andante;
8. Negociação de integração de grupos de linhas de operadores privados em articulação com a ANTROP e agrupadas e respetiva contratualização;
9. Revisão pelas agrupadas da especificação técnica e implementação do novo modelo de repartição da receita com base nos passageiros km transportados.

Ao longo do exercício de 2011 e com vista ao cumprimento das orientações enunciadas, foram desenvolvidas as seguintes acções:

Orientações 1, 2, 3, 5 e 6:

Com a criação e, em especial, com a entrada em funcionamento da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto (AMTP), no último trimestre de 2010, verifica-se uma alteração substancial das razões que levaram à constituição do TIP. Ocorreram, por outro lado, alterações com a entrada de um número alargado de operadores no Sistema

Intermodal Andante (SIA), bem como pela integração de sistemas próprios de bilhética de outros operadores.

A entrada em atividade da AMTP e logo que finda a fase de instalação e arranque determina que esta deva assumir, pelo menos em parte, funções que o TIP tem cumprido desde a sua constituição e criação do Andante. Neste pressuposto as empresas agrupadas do TIP carecem de conhecer exactamente quais as funções e tarefas que a AMTP vai assumir e também a data da respetiva concretização, pelo que foi efetuada exposição ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações solicitando a tão necessária clarificação, de que se aguarda resposta.

Entretanto desenvolveram-se já internamente cenários de Modelos de Sustentabilidade de Gestão Operacional para o TIP, que permitam acomodar as possíveis alterações das competências deste ACE. Foram também desencadeados estudos internos relativos ao zonamento Andante e à estrutura base da informação ao público, mas que não tiveram desenvolvimento atentas as condicionantes acima expostas.

Orientação 4:

Atento o momento de mudança que se perspetiva e para permitir obter as evidências que assegurem junto de todas as partes interessadas a credibilidade do sistema tarifário intermodal em aplicação desde 2003, foi desencadeado, em 2011, um processo de auditoria externa ao sistema de bilhética, a executar em duas fases distintas. A primeira fase relativa à caracterização do sistema por entidade externa foi executada e concluída em 2011, indo servir de base à segunda fase de auditoria externa propriamente dita a ocorrer já em 2012. Este processo deverá culminar com a transferência de tecnologia do fornecedor do sistema de bilhética para o TIP.

Orientações 7 e 8:

Esta fase mais recente de adesão de 1 nova linha do operador Metro do Porto, 5 linhas de operadores rodoviários e de 2 novos operadores, ocorrida em 2011, embora não tenha acrescido significativamente à área geográfica coberta pelo sistema Andante, não pôde ser concretizada no âmbito de uma regulamentação indispensável, tendo ficado apenas balizada por regras muito gerais sem, correspondentemente, determinar o processo de verificação eficaz do seu cumprimento. Este alargamento foi efetuado ao abrigo do Protocolo estabelecido entre a AMTP, ANTRON, CP, MP, STCP e TIP celebrado em 21 de Setembro que tem como objetivo *“contribuir para a universalização de um tarifário único comum a todos os operadores de transporte público na AMP.”*

Orientação 9:

Conforme previsto, foi efetuada e concluída a revisão pelas agrupadas da especificação técnica do novo modelo de repartição da receita com base nos passageiros*km transportados, tendo sido iniciado o respectivo desenvolvimento a concluir em 2012, e que deverá ser acompanhado pela necessária certificação.

1) Estrutura Societária

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE é um agrupamento complementar de empresas, constituído a 20 de Dezembro de 2002, pelos operadores de capitais públicos Metro do Porto, SA (MP), Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA (STCP) e Comboios de Portugal, E.P.E. (CP).

No decorrer do exercício de 2011 não se registaram alterações no capital social da empresa, mantendo-se a estrutura societária inicial, continuando o TIP detido equitativamente pelas suas três agrupadas.

Comboios de Portugal, EPE	33,3 %
Metro do Porto, S.A.	33,3 %
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	33,3 %

2) Composição Órgãos Sociais

Não se registou qualquer alteração na composição dos Órgãos Sociais pelo que se mantém a atual composição da Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos
Vice-Presidente: Professor Doutor Jorge Rui Guimarães Freire de Sousa
Secretário: Mestre Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dra. Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes Gomes
[representante da agrupada STCP, SA]
Vogais: Dra. Margarida Maria Dias Veríssimo Nogueira Mota [Administradora-Delegada]
Dr. António Ricardo de Oliveira Fonseca [representante da agrupada Metro do Porto, SA]
Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias [representante da agrupada CP- Comboios de Portugal, EPE]
Dra. Maria Gorete Gonçalves Fernandes Rato

FISCAL ÚNICO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas: António Magalhães & Carlos Santos, SROC nº53, representada por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos, ROC nº177.

3) Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional deste agrupamento reflete a sua organização por processos e foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada a 13 de Dezembro de 2010.



Nos termos do Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de Dezembro de 2002, o TIP não dispõe de Quadro de Pessoal próprio sendo a disponibilização de Recursos Humanos bem como do Administrador Delegado responsável pela gestão corrente, assegurada pelas Agrupadas.

4) Funções e Responsabilidades

Assembleia Geral

As competências da Assembleia Geral do TIP encontram-se definidas no Artigo 8º ponto 8 dos seus Estatutos:

“São da competência da Assembleia Geral, além das previstas na lei e neste contrato, as matérias seguintes:

- a) Alteração dos Estatutos;*
- b) Aprovação do relatório anual de gestão e contas do exercício;*
- c) Entrada de novos membros para o Agrupamento, bem como consentimento à cessão da participação de qualquer membro no Agrupamento;*
- d) Exclusão de qualquer membro;*
- e) Dissolução do Agrupamento e aprovação das contas de liquidação;*
- f) Quaisquer atos que não sejam da competência exclusiva do Conselho de Administração, ou que lhe sejam submetidos por este, ou que as Agrupadas decidam incluir na sua esfera de competência ou submeter, caso a caso, à deliberação da Assembleia.”*

Conselho de Administração

Nos termos do definido no Artigo 9º ponto 4 dos Estatutos do TIP *“compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências que a lei ou os presentes Estatutos lhe conferem, a definição da estratégia e as políticas a seguir pelo Agrupamento, bem como a prática de quaisquer atos tendentes à realização do objeto do Agrupamento.”*

Nos termos do número 5 do mesmo artigo, a gestão corrente da sociedade encontra-se delegada num administrador – Administrador Delegado – no respeito dos limites fixados pelo Conselho de Administração exarados no ponto 5, da Ata nº 66, de 10 de Julho 2010.

Fiscal Único

Nos termos do Artigo 12º ponto 3 dos Estatutos do TIP, *“o Agrupamento terá um Fiscal Único, a designar pela Assembleia Geral, por um período de três anos, que deverá ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as funções de fiscalizar a gestão e dar parecer sobre as contas e as demais previstas na lei relativamente às sociedades anónimas.”*



5) Currícula dos Membros do Conselho de Administração

Presidente – Fernanda Pereira Noronha Meneses Mendes

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em Julho de 1963.
- Curso de pós-graduação em Ciências Político Económicas pela mesma Faculdade em Novembro de 1964.
- Certificado de capacidade profissional para transporte rodoviário nacional de passageiros em 2002.

Experiência Profissional:

- Desde Abril 2006 – STCP, SA – Presidente do Conselho de Administração
- Metro do Porto, SA – Secretária-Geral desde Abril 2004 – encontrando-se com funções suspensas desde Abril 2006 por requisição para exercício das funções na STCP, SA
- Metro do Porto, SA - Consultora - Abril 2003 a Março 2004
- STCP, SA – Vogal do Conselho de Administração – Outubro 1994 a Março 2003
- COELIMA, SA – Vogal não executivo do Conselho de Administração de 1993 a 1994
- NORCRÉDITO, SA – Presidente do Conselho de Administração – Setembro 1991 a Janeiro 1993
- PARVIR, SA – Presidente Conselho de Administração – Dezembro 1990 a Agosto 1991
- SOCIFA Investimento, SA – Administradora – Fevereiro 1990 a Julho 1991
- Crédito Predial Português – Directora – Março 1976 a Dezembro 1989
- Banco da Agricultura – Comissão de Gestão – Março a Dezembro 1975
- Banco Borges & Irmão - Técnica – de Agosto 1967 a Março 1976
- Gabinete de Estudos do Comissariado do Turismo – Técnica – Março 1966 a Julho 1967

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Pós-graduação em Análise Financeira pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Pós-Graduação em “Altos Estudos sobre Transportes” pelo Instituto Superior de Transportes (IST)
- Auditora de Sistemas de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança

Experiência Profissional:

- Administradora Delegada do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Responsável de 1ª Linha do Gabinete de Projectos e Estratégia, Sociedade de Transportes Colectivos do Porto - STCP, SA,
- Directora do Gabinete de Auditoria e Controlo de Gestão, STCP, SA,
- Directora do Gabinete de Controlo de Gestão, STCP, SA,
- Directora do Gabinete de Auditoria, STCP, SA,
- Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, STCP, SA,
- Directora do Departamento Comercial em acumulação com o Museu do Carro Eléctrico, STCP, SA,
- Subdirectora da Direcção Financeira, STCP, SA,
- Chefe de Divisão de Controlo de Gestão, STCP, SA
- Técnico da Direcção de Estudos, STCP, SA,
- Controller, Alberto Martins Mesquita e Filhos, Lda
- Assistente Comercial para os mercados nórdicos e de língua alemã, Fábrica de Tecidos Lionesa
- Assistente Comercial, Atlas Copco Portugal

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Experiência Profissional:

- Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Metro do Porto, SA
- Vogal do Conselho de Administração do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Presidente do Conselho de Administração, APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.
- Presidente da APP – Associação dos Portos de Portugal
- Director-Geral, STCP
- Vice-Presidente, TDM – Televisão de Macau
- Vogal do Conselho de Administração, STCP
- Coordenador da Auditoria Interna, Grupo ITT – Oliva/Rabor

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- MBA executivo pelo Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais
- Pós-Graduação em Ciências Jurídico – Empresariais pela Universidade Católica do Porto

Experiência Profissional:

- Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Metro do Porto, SA
- Vogal do Conselho de Administração do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Directora Comercial Norte, Caixa Leasing e Factoring, SA
- Directora Comercial Adjunta, Locapor, SA

- Chefe de Delegação do Porto, Locapor, SA
- Técnica Comercial, Euroleasing, SA
- Assistente Comercial, Renault Gest, SA

Vogal – Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa
- Mestre em Economia e Política da Energia e do Ambiente (ISEG)
- Pós-graduada em “Competitiveness of the European Railways” no European Training Centre dor Railways (ETCR)
- Pós-graduada em “Altos Estudos de Transportes” pelo Instituto Superior de Transportes (IST)

Experiência Profissional:

- Vogal do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E.
- Vogal do Conselho de Administração do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Directora de Direcção na CP – Comboios de Portugal, E.P.E.
- Membro do Conselho de Administração da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa
- Membro da Comissão de Acompanhamento do projecto Metro Sul do Tejo
- Membro da Comissão de Acompanhamento do projecto Metro Ligeiro de Superfície na Circular Externa Algés – Falagueira
- Assessora do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional – Professor Doutor António Pedro de Carmona Rodrigues – para as áreas de Economia, Finanças e dos Transportes
- Directora do Departamento de Análise e Regulação Económica no ex-INTF
- Chefe de serviço pela Área de Gestão no Gabinete de Auditoria Interna da CP
- Auditora na área de Gestão na CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.
- Docente na pós-graduação de Leadership & Management no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)

Regulamentos Internos e Externos

- Sendo o TIP – Transportes Intermodais do Porto um agrupamento complementar de empresas (ACE), rege-se pelos seus estatutos e pelas normas gerais de enquadramento da atividade dos ACE: Lei n.º 4/73, de 04 de Junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 157/81, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de Março e Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de Agosto e ainda pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, de 20 de Dezembro de 2002.
- Como empresa gestora do sistema de bilhética e tarifário intermodal na Área Metropolitana do Porto, está sujeita, em particular, ao cumprimento do disposto nos seguintes diplomas:
 - Decreto-Lei n.º 8/93 de 11 de Janeiro;
 - Protocolos do Tarifário Social celebrados com o Governo central.
- Adicionalmente a sua atividade enquadra-se também no âmbito de:
 - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração Rectificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março e alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro, pelo Decreto-lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril;
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 01 de Fevereiro de 2007 – Princípios do Bom Governo das empresas do setor empresarial do Estado.
- Em tudo o mais, o TIP obriga-se ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor que lhe seja aplicável, bem como à observância dos normativos em vigor nas empresas que constituem este ACE.

Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas

Entidade	Compras / Aquisição de Serviços	Vendas / Prestações de Serviços
STCP	37.352.544,13	1.687.693,42
MP	41.426.915,78	1.141.371,71
CP	2.665.855,81	407.869,69
Total	81.445.315,72	3.236.934,82

Valores em Euros e com IVA excluído

Informação sobre outras transações

1) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do artigo 11.º do Código dos Contratos Públicos, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças e nomeia o júri respetivo.

A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada pelo Conselho de Administração com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo posteriormente as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

2) Universo de transações fora das condições de mercado

Excecionalmente, por razões específicas de ordem técnica, sempre devidamente fundamentadas, nomeadamente nas situações de ausência de condições concorrenciais como as de direitos de propriedade intelectual ou industrial, poderá haver recurso ao ajuste direto a uma entidade.

3) Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE

Montante	Nome	Localidade
1.228.854,75 €	Novabase Business Solutions, SA	Lisboa
1.129.404,26 €	PAYSHOP, S.A.	Lisboa
876.010,02 €	METRO DO PORTO, SA	Porto
663.482,42 €	Randstad II - Prestação de Serviços, Lda.	Lisboa
651.893,52 €	ASK, S.A.	Valbonne Sophia Antipolis
362.322,96 €	PROSEGUR - COMP. DE SEGURANÇA, LDA.	Lisboa
204.648,78 €	STCP - SOC. TRANSP. COLECT. DO PORTO, SA.	Porto
194.843,00 €	OCTAL - Eng. de Sistemas, SA	Lisboa
5.311.459,71 €		

4) Contratação Pública

Em 2011 foi lançado um concurso utilizando a plataforma Vortal:

- Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a prestação de serviços de Agentes de Venda, Call Centre, Recolha de Dados, Recolha de Valores, Transporte de Consumíveis e Documentação, a 29 de julho de 2011.

Análise de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental

As matérias que versam as atividades desenvolvidas pelo TIP em matéria de sustentabilidade económica, social e ambiental encontram-se referidas ao longo do presente relatório de gestão, pelo que neste ponto, sempre que possível, se efetua a remissão para o respetivo capítulo:

Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas:

Esta temática encontra-se desenvolvida **no ponto 1)** do presente **capítulo TIP - GOVERNO DO ACE**.

Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade:

Este Agrupamento prossegue uma política económica de gestão integrada dos recursos do SIA, do tarifário intermodal aplicável a todos os operadores aderentes, bem como da rede de vendas comum, desenvolvendo a sua atividade com um efetivo reduzido e com recurso a prestações de serviços externas em áreas especializadas, dentro dos princípios de racionalidade económica, financeira, social e ambiental e de salvaguarda de normas de qualidade.

Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa

Sendo o TIP de um agrupamento complementar de empresas, a sua existência e consequentes riscos para a sua atividade e para o seu futuro, são os inerentes a um ACE nos termos legalmente definidos, dependendo fortemente dos riscos e das opções estratégicas assumidos pelas suas agrupadas.

Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

O TIP configura uma sociedade veículo criada pelas suas agrupadas, todas empresas de transporte coletivo de passageiros pertencentes ao Sector Empresarial do Estado, com o objetivo de implantar e gerir um sistema de bilhética intermodal comum às agrupadas, permitindo assim atingir níveis de eficiência económica que não seriam possíveis caso cada agrupada tivesse desenvolvido um sistema de bilhética próprio. O TIP viabilizou a criação de um sistema de bilhética comum, de um sistema tarifário comum e de uma rede de vendas comum às três empresas e a outros operadores que entretanto integraram o SIA, com a afetação dos seguintes recursos:

Máquinas de Venda Automática (MVA)	231
Máquinas de Venda Manuais (Bilheteiras)	74
Agentes de Venda (rede externa)	590
ATM (em todo o país)	14.000
Máquinas Portáteis de Venda	211
Validadores	1.930

O modelo de gestão seguido neste agrupamento complementar de empresas, conforme definido pelo Conselho de Administração, não persegue a obtenção de lucro, mas tão só o equilíbrio económico da sua exploração. Face às recentes alterações ocorridas, pela criação e entrada em exercício da AMTP e pela entrada no SIA de Operadores Privados com sistemas de bilhética próprios, o atual modelo de negócio encontra-se desajustado, conforme explicitado nas **Orientações 1, 2, 3, 5 e 6 do ponto 1)** deste capítulo.

Responsabilidade social

- **Responsabilidade social interna:** nos termos do Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de dezembro de 2002 e conforme explicitado no **ponto 3)** deste capítulo, o TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio sendo a disponibilização de recursos humanos assegurada pelas agrupadas, pelo que os colaboradores do TIP se encontram abrangidos pelas políticas de responsabilidade social das respetivas empresas origem:

Nº Efectivos	2010	2011
MP	7	7
STCP	2	3
CP	1 em part time	1
	9,5	11

Do total dos 11 elementos em serviço neste ACE em 2011, 45% pertencem ao sexo feminino.

Durante o mês Junho realizou-se uma Formação a toda a Rede de Vendas e Linhandante, mobilizando todos os intervenientes na comercialização do Andante. A formação foi lecionada para aproximadamente 90 pessoas tendo como objetivos a divulgação dos procedimentos aplicáveis na Rede de Vendas Andante e em cada participada STCP, CP e MP bem como a promoção da uniformização comportamental no atendimento ao público.

Em Julho efetivou-se mais uma formação ao Operador OFR, que entretanto aderiu ao sistema intermodal.

- **Responsabilidade social externa:** Ao permitir-se ao Cliente viajar em diversos modos de transporte utilizando o mesmo título de transporte com a mesma tarifa, o TIP está inquestionavelmente a potenciar a eliminação de barreiras na mobilidade das populações servidas através da utilização do sistema intermodal:

Quadro Síntese de Evolução da Intermodalidade na AMP

	Validações Totais TP	Validações Intermodais	% Intermod. sobre total sistema	Nº Operadores Aderentes	Nº Linhas Integradas
2003	nd	6,67	nd	3	18
2004	nd	12,33	nd	7	30
2005	165,72	22,25	13%	7	57
2006	172,75	44,15	26%	7	65
2007	176,23	68,52	39%	7	99
2008	183,17	82,53	45%	7	99
2009	180,75	90,25	50%	7	99
2010	184,41	97,73	53%	7	98
2011	186,24	104,68	56%	9	102

Unidade: milhões de validações

Crescimento Sistema Transportes AMP 2005 a 2011 ⇒ 12,4%

O TIP, conforme inscrito na sua Visão, posiciona-se como o promotor da melhoria da mobilidade sustentada na AMP, nomeadamente em transporte público. Assim desencadeia ações no âmbito puramente intermodal e apoia, na esfera das suas competências, as políticas de sustentabilidade social da comunidade seguidas pelas três agrupadas.

As ações desencadeadas em 2011 encontram-se descritas nos pontos “Comunicação com o Cliente” e “Outras Áreas de Atividade” do capítulo “Relatório de Gestão”.

Desenvolvimento Sustentável

Criação de valor para o acionista:

Encontra-se descrita no Capítulo “Relatório de Gestão” nos pontos “Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na AMP”, “O desafio da Intermodalidade” e “A Intermodalidade em 2011”.

Promoção da proteção ambiental

A intermodalidade assume-se como um fator determinante no desenvolvimento da mobilidade sustentável.

O desenho de redes de transporte mais eficientes, articuladas entre si e orientadas em função do cliente permite a obtenção de ganhos significativos em matéria ambiental quando aliados a um sistema de bilhética e tarifário comuns.

Viabiliza-se assim uma redução do número de equipamentos instalados e do número de tipos de títulos em utilização.

Igualmente crucial revela-se a opção pela utilização de cartões recarregáveis que permite reduzir em larga escala a produção de resíduos que resultariam inevitavelmente da utilização de cartões descartáveis (1 só utilização).

Em termos médios mensais, em 2011, foram utilizados 580 mil cartões Andante azul tendo cada cartão sido utilizado no sistema intermodal, em média, 4,43 vezes por mês e contribuindo assim para uma considerável redução de resíduos produzidos, na ordem das 23 toneladas de resíduos de papel evitados pelo facto de os cartões Andante serem recarregáveis.

Contribuição para a inclusão social

Encontra-se descrita no “Relatório de Gestão” deste documento no ponto “Obrigação Tarifária” do sub capítulo “Atividade Comercial”.

Serviço público e satisfação das necessidades da coletividade

O TIP, ao consubstanciar um agrupamento complementar de empresas que asseguram um serviço público de transporte público de passageiros nos modos ferroviários, metro e rodoviário, contribui indiretamente para esse mesmo serviço e para a satisfação das necessidades da coletividade servida pelas agrupadas.

Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa – investigação, inovação, desenvolvimento, integração de novas tecnologias no processo produtivo

Estas matérias encontram-se descritas no ponto “Expansão do Sistema Intermodal Andante” do “Relatório de Gestão” deste documento.

Planos de ação para o futuro

Estas matérias encontram-se abordadas especificamente no capítulo “Perspetivas para 2012”.

Avaliação de cumprimento dos Princípios de Bom Governo

O presente Relatório de Gestão respeitante ao exercício de 2011, é o primeiro instrumento em que este ACE dá cumprimento integral aos Princípios de Bom Governo, atenta a orientação da DGTF referida na nota introdutória ao presente capítulo e de acordo com a decisão do Conselho de Administração de 19 de Dezembro de 2010.

Globalmente o TIP vem desenvolvendo a sua atividade em cumprimento destes princípios como se encontra explanado ao longo deste relatório.

Código de Ética e Conduta

Não dispondo o TIP diretamente de um Código de Ética e de Conduta, orienta a sua atividade em observância dos Códigos de Ética das suas agrupadas, tanto mais que os colaboradores que lhe estão afetos pertencem ao respetivo quadro dos recursos humanos.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Não dispondo o TIP deste instrumento de controlo e dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção e Corrupção nº 1/2009 de 1 de Julho, publicada no Diário da República, 2ª série, nº 140, de 22 de Julho de 2009, procedeu este ACE à elaboração do referido plano que mereceu a aprovação do Conselho de Administração na reunião de 28 de Março de 2011.

Sistema de Controlo

- Segregação de funções - As funções de fiscalização, devidamente segregadas das funções de administração executiva, foram asseguradas através de Fiscal Único, que acompanhou a atividade da empresa e emitiu os respetivos relatórios de controlo e fiscalização.
- As contas anuais foram objeto de Auditoria Externa, por empresa independente, que emitiu o respetivo relatório.
- Relativamente à componente de obrigação tarifária, protocolada pelos operadores aderentes ao sistema tarifário Andante com a DGTF no relativo ao Tarifário Social e com o IMTT, no relativo aos tarifários 4_18@escola.tp e Sub_23@superior.tp, cuja gestão compete ao TIP, foi prestada a informação de controlo definida. Ocorreu igualmente uma auditoria externa promovida pela IGF relativa ao Tarifário Social – Menores, Estudantes, Terceira Idade e Reformados Pensionistas – que emitiu o respetivo relatório.
- O processo de caracterização do sistema de bilhética intermodal levado a cabo por entidade externa em 2011 veio permitir elaborar o cadastro e inventariar todos os elementos constitutivos do sistema, nomeadamente equipamentos, rede de comunicações e software.

Prevenção de Conflitos de Interesse

Nos termos da RCM nº49/2007, iv), nº22, nenhum dos membros dos órgãos sociais da empresa regista situações de conflitos de interesses, de participações no ACE,

de relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócios passíveis de gerar conflitos de interesse.

Divulgação da Informação

No portal da empresa

Em fase de desenvolvimento atenta a razão enunciada na nota introdutória ao presente capítulo.

No site SEE

Processo a iniciar em 2012 em articulação com a DGTF, atenta a razão enunciada na nota introdutória ao presente capítulo.

Decisões mais relevantes do Conselho de Administração

Este órgão reuniu periódica e regularmente ao longo de 2011, tendo sido realizadas 12 sessões havendo a destacar as seguintes decisões:

Nº da Acta Nº do Ponto	Tema	Breve descrição do teor da deliberação	Data
Acta nº 70 ponto 5	Proposta de manutenção Novabase para 2011	Aprovada a celebração de aditamento ao contrato de fornecimento, montagem e colocação em serviço de equipamentos para o sistema de bilhética intermodal gerido pelo TIP, pelo período de 6 meses prorrogável, dando continuidade à prestação de serviços de manutenção e assistência técnica que assegurem a total operacionalidade do sistema, até conclusão da transferência de tecnologia, de forma a permitir a preparação e lançamento de um procedimento público de contratação versando esta prestação de serviços, pelo prazo de 6 meses, renovável, considerado o tempo mínimo indispensável para a preparação de concurso público internacional para garantir	23-01-2011
Acta nº 70 ponto 9	Auditoria geral e auditoria aos sistemas informáticos e comunicações	Decisão de se proceder a uma auditoria interna ao TIP para análise dos processos e procedimentos a ser executada por elementos das três agrupadas. Decisão de se proceder a uma consulta ao mercado para realização de auditoria externa ao sistema de bilhética intermodal. Auditoria a ocorrer em duas fases, uma primeira de caracterização do sistema de bilhética, e uma segunda fase de auditoria propriamente dita.	23-01-2011
Acta nº 71 ponto 3.2	Ponto de situação dos Contratos de Manutenção Novabase e Beware e Proposta Novabase para Certificação do software de facturação	Tendo em conta a Auditoria Externa a executar, a propriedade do software <i>lato sensu</i> e ainda a necessidade de certificação pela DGCI dos programas informáticos de facturação do TIP. ACE, nos termos da Portaria n.º 363/2010 de 23 de Junho, foi deliberado adjudicar a execução dos trabalhos necessários a esta certificação.	18-02-2011
Acta nº 71 ponto 3.5	Relatório Final da IGF de Auditoria ao Tarifário Social 2009	Face ao Relatório Final da Inspeção Geral de Finanças relativo à Auditoria ao Tarifário Social Andante para 2009, procedeu o Conselho de Administração à análise do mesmo, tendo mais uma vez sido reiterada a discordância do TIP quanto à forma de tratamento isolado por períodos das compensações financeiras atribuídas aos operadores desde 2006 a 2009, que determina um maior prejuízo destes. A Senhora Presidente informou ter enviado à Tutela os dados ajustados das compensações financeiras do referido período, não tendo sido recebida qualquer resposta.	18-02-2011
Acta nº 71 ponto 6	Zonamento Andante	Face à visibilidade e contestação pública de aparentes incongruências no regime tarifário em certos percursos da rede intermodal, em particular na sub-rede metro, foi deliberada a constituição de um grupo de trabalho para análise desta problemática e apresentação de propostas.	18-02-2011
Acta nº 72 ponto 5.1	Contrato de cedência de equipamentos de bilhética sem contacto [hardware e software] e de gestão operacional dos equipamentos de venda.	Aprovado e celebrado contrato de cedência de equipamentos de bilhética sem contacto [hardware e software] e de gestão operacional dos equipamentos de venda com a agrupada CP-Urbanos do Porto.	28-03-2011
Acta nº 72 ponto 6.1	Aquisição de Cartões	Aprovada a aquisição dos cartões dos diferentes tipos em utilização no sistema tarifário Andante relativa ao fornecimento para um ano, e que representou uma redução de 21 mil % face à encomenda anterior.	28-03-2011
Acta nº 72 ponto 7.1	Prosegur	Numa lógica de tratamento equitativo entre as agrupadas, foi aprovada a adjudicação pelo prazo de um ano da prestação de serviços de gestão, recolha, transporte, tratamento e depósito de valores, abastecimento de trocos e de consumíveis nas Máquinas de Venda Automáticas situadas na rede da Metro do Porto.	28-03-2011
Acta nº 72 ponto 8	Gestão dos processos de vandalismo – proposta	Aprovada a proposta de modelo de gestão dos processos de vandalismo e partilha de encargos que permite a uniformização dos procedimentos na gestão destes processos, com produção de efeitos a 1 de Janeiro de 2011.	28-03-2011
Acta nº 72 ponto 9	Plano de Prevenção de Riscos de Gestão TIP, ACE	Aprovado o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do TIP, ACE.	28-03-2011
Acta nº 74 ponto 4.1	Contrato Payshop – Proposta de denúncia / Renegociação	Tomada a decisão de proceder à rescisão do contrato em vigor relativo à prestação do serviço de venda de títulos de transporte Andante através de rede de agentes Payshop com término a 30 de Novembro, tendo o Conselho de Administração deliberado lançar um concurso público internacional.	20-05-2011
Acta nº 74 ponto 6.1	Concurso de rede de vendas – programa do concurso	Aprovação do processo concursal e autorização para lançamento do concurso público internacional de gestão da rede de vendas.	20-05-2011
Acta nº 74 ponto 9.2	Caracterização e evolução do sistema de bilhética sem contacto intermodal e próximos passos	Aprovação do documento de caracterização e evolução, presente e futura, do Sistema de Bilhética Intermodal Andante a ser apresentado nas reuniões agendadas com a AMTP, ANTROP e as três agrupadas para debate dos assuntos relativos ao cumprimento do Despacho SET nº 7346/2011 de 17 de Maio, e ao alargamento a curto prazo da rede Andante a operadores privados, conforme pretendido pela AMTP.	20-05-2011

Nº da Acta Nº do Ponto	Tema	Breve descrição do teor da deliberação	Data
Acta nº 75 ponto 2	Auditoria Externa – Adjudicação da Caracterização do Sistema de Bihética	Decisão de adjudicação dos trabalhos de auditoria externa , no relativo à parcela de caracterização do sistema de bihética intermodal, no seguimento da consulta efectuada.	17-06-2011
Acta nº 75 ponto 3	Upgrade de Pagamentos Electrónicos para EMV	Deliberação de abertura de um concurso público para Upgrade de Pagamentos Electrónicos para EMV nas Máquinas de Venda Automáticas para poder manter a forma de pagamento Multibanco nas MVA's a partir de Janeiro de 2012, decorrente de alteração tecnológica imposta pela SIBS e com forte impacto económico na actividade do TIP.	17-06-2011
Acta nº 75 ponto 4	Modelo de Repartição de Receita – Conclusão da Análise pelas Agrupadas	Aprovação das especificações técnicas relativas ao desenvolvimento do novo modelo de repartição de receita Passageiro por Quilómetro Transportado oportunamente deliberado.	17-06-2011
Acta nº 75 ponto 5	Zonamento Andante - Solução Transitória A	Decorrente da deliberação de 18 de Fevereiro, o Conselho decidiu não aprovar a solução transitória proposta pelo Grupo do Zonamento por não ser resposta às dificuldades existentes no actual sistema de zonamento, podendo inclusivamente configurar uma solução monomodal no sistema intermodal. Deverá se dada continuidade ao estudo iniciado pelo Grupo do Zonamento, convidando a AMTP e a ANTROP a tomarem parte no mesmo, para se definir um novo sistema de zonamento para os títulos ocasionais que obvie os problemas actuais.	17-06-2011
Acta nº 76 ponto 4.1	Protocolo e Critérios de Integração no Sistema Intermodal Andante (SIA)	O Conselho de Administração aprovou os documentos Protocolo e Critérios de Integração no Sistema Intermodal Andante elaborados sob coordenação da AMTP e envolvendo os representantes das agrupadas do TIP, representante da Antrop e o TIP e que mereceu o consenso de todas as partes. Deverá ser formalizado junto da AMTP o acordo deste ACE ao texto do protocolo, e que o mesmo será assinado no pressuposto de que haverá sistema de fiscalização do cumprimento dos princípios nele acordados.	22-07-2011
Acta nº 76 ponto 4.2	Oliveira Fernandes e Ribeiro, LDª	Na sequência do convite formulado pelo TIP à empresa Oliveira Fernandes e Ribeiro para integração de duas linhas suas no sistema de bihética intermodal, mereceu parecer favorável da AMTP o pedido de adesão para as ligações Porto – Vilar de Andorinho e Porto – Vila d'Este. Atendendo à urgência da entrada em operação do sistema Andante nestas linhas – 1 de Agosto – foi efectuada a instalação transitória de validadores de 1ª geração (sem mudança automática de zona e com recolha de dados manual) cuja instalação já tinha sido descontinuada, devendo ser celebrado um aditamento ao actual Acordo Intermodal.	22-07-2011
Acta nº 77 ponto 5	Contrato de Conta Corrente Caucionada – BCP	Atentas as necessidades de tesouraria do TIP e as actuais condições do mercado, efectuada deliberação pela manutenção do Contrato de Conta Corrente Caucionada com a mesma instituição financeira pelo valor existente e com a manutenção dos actuais níveis de comissões de gestão e de imobilização.	23-08-2011
Acta nº 77 ponto 8.3	Alargamento do seguro de equipamento para os equipamentos de bihética propriedade da MP	Aceite pelo TIP e deliberado pela Comissão Executiva da Metro do Porto a extensão, a partir de Agosto, do actual seguro de equipamentos electrónicos do TIP aos equipamentos propriedade da Metro do Porto, nas mesmas condições da actual apólice.	23-08-2011
Acta nº 78 ponto 2.1	Novo título "Social+"	Decidida a realização de ajuste directo com o fornecedor dos equipamentos de bihética intermodal , para a adaptação do Sistema de Bihética ao novo perfil da assinatura Andante Social +, ao abrigo do artigo 11º nº 1, alínea a) e b), iv) do Código dos Contratos Públicos. A realização daquele ajuste directo, com consulta a apenas uma entidade, foi imposta pela necessidade de resposta urgente à decisão do Governo que, a não existir em tempo útil, colocaria em causa a prestação do serviço público aos clientes TIP.	20-09-2011
Acta nº 78 ponto 2.2	Protocolo AMTP – ANTROP - TIP – Operadores Públicos de Alargamento da rede intermodal na AMP – Manual Técnico	O Conselho validou a minuta do Manual Técnico que deverá funcionar como documento técnico de suporte à integração de novos operadores / novas linhas no Sistema Intermodal Andante (SIA).	20-09-2011
Acta nº 78 ponto 4	Novo Título "Social +"	O Conselho de Administração registou a avaliação feita ao processo de introdução do novo perfil "Social +". O custo global suportado pelo TIP para desenvolvimento e operacionalização deste novo título de transporte criado nos termos da Portaria n.º 272/2011, ascendeu a cerca de 32 mil euros. O Conselho formulou uma nota de apreço pelo esforço conjunto desenvolvido pelo TIP e pelas suas agrupadas que, em colaboração estreita, conseguiram implementar este novo perfil no prazo exíguo definido pela Tutela.	20-09-2011

Nº da Acta Nº do Ponto	Tema	Breve descrição do teor da deliberação	Data
Acta nº 79 ponto 5	Bilhética Sem Contacto – 2ª Fase CP Porto	Decisão de dar continuidade à instalação dos equipamentos de bilhética na CP (2ª Fase) em virtude do fornecedor ter aceite manter os preços do fornecimento inicial de 2005	28-10-2011
Acta nº 81 ponto 3.3	Modelo de sustentabilidade TIP – versão actualizada	<p>É entendimento do Conselho de Administração dever ser dada nota à Tutela, nomeadamente ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, no sentido da clarificação do papel futuro do TIP face à entrada em actividade da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto e às repetidas declarações do seu máximo representante, que confirmam a decisão de esta assumir, no todo ou em parte, as funções que o TIP tem cumprido desde a criação do Andante. Trata-se da questão prévia e fundamental para permitir a especificação do modelo de negócio sustentável deste ACE e subsequente modelo de relacionamento com os diferentes agentes do Sistema de Bilhética Intermodal.</p>	19-12-2011
Acta nº 81 ponto 3.5	Campanha de substituição de monitores das MVA's	O Conselho, ainda que consciente da gravidade do problema, deliberou, atentos os valores em causa e os constrangimentos legais da contratação pública, entendeu dever lançar uma consulta limitada para substituição dos monitores instalados nas MVA's, que sendo uma componente com características próprias, tem uma vida útil substancialmente inferior à dos restantes equipamentos e é de vital importância na interacção com o cliente que o TIP.	19-12-2011
Acta nº 81 ponto 6.1	Resolução Conselho Ministros nr 49_2007 de 28 Marco - Principio de Bom Governo _ Ref GAC_SA_2011 - 007116 _ 23-11- 11	O Conselho tomou conhecimento do teor da carta da DGTF relativa à obrigatoriedade do TIP dar cumprimento à RCM nr.49-2007 relativa aos Principios de Bom Governo, tendo decidido pela sua aplicação imediata, nomeadamente no processo de encerramento do exercício de 2011.	19-12-2011

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011



Balanço a 31 de Dezembro de 2011

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	31-12-2011	31-12-2010
ATIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	4.772.891	5.871.725
Activos intangíveis	6	18.643	4.756
		4.791.534	5.876.481
Activo corrente			
Inventários	7	548.129	386.118
Clientes	8	2.965.355	1.255.836
Estado e outros entes públicos	9	587.343	481.463
Outras contas a receber		237.275	244.380
Diferimentos		26.550	32.852
Caixa e depósitos bancários	4	4.603.342	2.712.304
		8.967.994	5.112.952
Total do ativo		13.759.528	10.989.433
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	10	30.000	30.000
Resultados transitados		(3.894.582)	(4.173.190)
Subsídios ao investimento	10	1.571.458	2.098.324
Resultado líquido do período		(788.061)	278.608
Total do capital próprio		(3.081.186)	(1.766.257)
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13	2.235.412	2.821.063
		2.235.412	2.821.063
Passivo corrente			
Fornecedores	11	1.481.734	1.081.321
Fornecedores de investimentos	13	397.090	714.933
Estado e outros entes públicos		13.345	8.184
Financiamentos obtidos	14	590.423	1.278.364
Outras contas a pagar	12	12.122.710	6.851.825
		14.605.302	9.934.627
Total do passivo		16.840.713	12.755.690
Total do capital próprio e do passivo		13.759.528	10.989.433

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos exercícios de 2011 e 2010

Valores em Euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2011	2010
Réditos			
Vendas e serviços prestados	15	4.856.322	4.345.210
Outros rendimentos			
Outros rendimentos e ganhos	16	569.466	548.522
Gastos e perdas			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	(517.650)	(530.166)
Fornecimentos e serviços externos	18	(3.715.041)	(2.162.229)
Gastos com o pessoal	19	(433.617)	(430.266)
Perdas imputadas de subsidiárias, assoc.e emp. conjuntos			
Outros gastos e perdas		(10.014)	(7.369)
Provisões líquidas			
Reduções de justo valor			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		749.465	1.763.701
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(1.368.282)	(1.329.907)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(618.818)	433.795
Juros e rendimentos similares obtidos		21.018	0
Juros e gastos similares suportados	20	(185.140)	(153.487)
Resultado antes de impostos		(782.940)	280.308
Imposto sobre o rendimento do período		(5.121)	(1.700)
Resultado líquido do período		(788.061)	278.608

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração das alterações no Capital Próprio de 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2011

Unidade: Euros

	Notas	Capital realizado	Subsídios ao Investimento	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 01-01-2010	1	30.000	2.779.357	(4.397.499)	224.309	(1.363.833)
Alterações no Período:						
Aplicação dos resultados				224.309	(224.309)	0
Variação subsídios ao investimento			(681.033)			(681.033)
	2	0	(681.033)	224.309	(224.309)	(681.033)
Resultado Líquido do Período	3				278.608	278.608
Resultado Integral	4 = 2 + 3					(402.425)
Capital próprio em 31-12-2010	6 10	30.000	2.098.324	(4.173.190)	278.608	(1.766.257)
Alterações no Período:						
Aplicação dos resultados				278.608	(278.608)	(0)
Variação subsídios ao investimento			(526.867)			(526.867)
	7	0	(526.867)	278.608	(278.608)	(526.867)
Resultado Líquido do Período - 2011	8				(788.061)	(788.061)
Resultado Integral - 2011	9 = 7 + 8					(1.314.928)
Capital próprio em 31-12-2011	10 10	30.000	1.571.458	(3.894.582)	(788.061)	(3.081.186)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios de 2011 e 2010

Valores em Euros

RUBRICAS	2011	2010
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</u>		
Recebimentos de clientes	3.146.802	7.212.701
Pagamentos a fornecedores	(3.799.159)	(3.326.775)
Pagamentos ao pessoal	(457.036)	(431.714)
Caixa gerada pelas operações	(1.109.393)	3.454.212
Recebimento/ (pagamentos) do imposto sobre o rendimento	(4.376)	23.559
Outros recebimentos/pagamentos	40.906	(13.146)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(1.072.862)	3.464.625
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</u>		
Pagamentos respeitantes a :		
Ativos fixos tangíveis	(679.991)	(150.714)
Ativos intangíveis	(23.371)	(5.351)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(682.345)	(156.065)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0	700.000
Outras operações de financiamento	21.018	0
Recebimentos a transferir para os operadores	49.584.442	40.349.824
Pagamentos respeitantes a :		
Financiamentos obtidos	(1.378.303)	(644.870)
Pagamentos efetuados aos operadores	(44.497.437)	(52.271.610)
Juros e gastos similares	(81.775)	(77.609)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	(1.700)	(139.116)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	3.646.245	(12.083.381)
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	1.891.038	(8.774.820)
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.712.304	11.487.124
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.603.342	2.712.304

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

(valores expressos em euros)

1. INTRODUÇÃO

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., tem a sua sede na Avenida Fernão de Magalhães, nº 1862 – 9º, 4350-158 Porto, foi constituído por escritura pública em 20 de Dezembro de 2002, a atividade principal consiste na implementação e gestão de um sistema de bilhética de transportes na área metropolitana do Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 20 de fevereiro de 2012. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Agrupamento, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2011, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo supletivamente adotadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização. Os gastos financeiros incorridos na construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	N.º de anos
Equipamento básico	8
Equipamento administrativo	8

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo mais elevado valor entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este

último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2. Inventários

As mercadorias correspondem na sua totalidade a títulos de transporte e encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

As perdas previstas na realização dos inventários são objeto de ajustamento.

3.3. Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º do Código do IRC, os Agrupamentos Complementares de Empresas estão abrangidos por um regime fiscal especial, nomeadamente o Regime de Transparência Fiscal, sendo os prejuízos do exercício, apurados nos termos do referido Código, imputados diretamente aos respetivos membros na proporção da sua parcela no capital social do A.C.E.

Apesar do Agrupamento estar abrangido pelo regime de transparência fiscal, nos termos do artigo 6º do Código do IRC, foi efetuado o cálculo das tributações autónomas relativamente ao exercício de 2011, conforme o disposto no artigo 88º do Código do IRC.

3.4. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de “Clientes e Outras contas a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Ajustamentos de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.5. Subsídios e apoios do Governo

O ACE reconhece os subsídios recebidos da União Europeia inicialmente na rubrica de capital próprio “Subsídios ao investimento”, sendo subsequentemente creditados na

demonstração dos resultados numa base sistemática em função da amortização do respetivo ativo tangível.

3.6. Locações

Os contratos de locação relativamente aos quais o ACE assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo, pelo menor entre o justo valor do bem e o valor atual das rendas de locação vincendas. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo ACE para os ativos fixos tangíveis.

3.7. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. Segundo o referido princípio contabilístico, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são sempre reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.8. Rédito

a) Venda de bens

Os rendimentos gerados pela venda de títulos de viagem (suporte) são registados mensalmente, de acordo com as informações obtidas no sistema de bilhética.

b) Serviços prestados

Os proveitos gerados pela Comissão de Validação (0,015 euros/validação) são registados mensalmente, de acordo com as informações obtidas no sistema de bilhética.

Os proventos gerados pela Comissão de Rede de Vendas (2,5% da receita obtida por cada operador) são registrados mensalmente, de acordo com as informações obtidas no sistema de bilhética.

3.9. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do ACE são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.9.1 Provisões

O ACE analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do ACE.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à avaliação dos diferentes indicadores de

imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2011, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Depósitos bancários	4.146.778	2.254.847
Caixa	456.564	457.457
Caixa e equivalentes de caixa	<u>4.603.342</u>	<u>2.712.304</u>

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2010

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Total
1 de Janeiro de 2010				
Custo de Aquisição	5.998	10.220.444	256.384	10.482.826
Depreciações acumuladas	(4.139)	(3.678.655)	(229.771)	(3.912.564)
Valor líquido	<u>1.859</u>	<u>6.541.789</u>	<u>26.614</u>	<u>6.570.261</u>
31 de Dezembro de 2010				
Adições	0	605.314	25.246	630.560
Depreciação – exercício	(531)	(1.318.456)	(10.109)	(1.329.096)

Valor líquido	(531)	(713.142)	(15.137)	(698.537)
31 de Dezembro de 2010				
Custo de Aquisição	5.998	10.825.758	281.630	11.113.386
Depreciações acumuladas	(4.670)	(4.997.111)	(239.879)	(5.241.661)
Valor líquido	1.327	5.828.647	41.751	5.871.725

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2011

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Total
1 de Janeiro de 2011				
Custo de Aquisição	5.998	10.825.758	281.630	11.113.386
Depreciações acumuladas	(4.670)	(4.997.111)	(239.879)	(5.241.660)
Valor líquido	1.328	5.828.647	41.751	5.871.726
31 de Dezembro de 2011				
Adições	0	237.786	10.910	248.696
Abates	0	(2.546)	0	(2.546)
Depreciação – exercício	(531)	(1.329.561)	(16.615)	(1.346.707)
Depreciação - abates	0	1.724	0	1.724
Valor líquido	(531)	(1.092.597)	(5.705)	(1.098.833)
31 de Dezembro de 2011				
Custo de Aquisição	5.998	11.060.998	292.540	11.359.536
Depreciações acumuladas	(5.202)	(6.324.948)	(256.495)	(6.586.645)
Valor líquido	796	4.736.050	36.045	4.772.891

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor bruto	4.409.505	4.409.505
Depreciações acumuladas	(2.701.464)	(2.159.533)
	<u>1.708.041</u>	<u>2.249.972</u>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos intangíveis – 2011

	<u>Outros ativos intangíveis</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2011		
Custo de Aquisição	5.351	5.351
Amortizações acumuladas	(595)	(595)
Valor líquido	<u>4.756</u>	<u>4.756</u>
31 de Dezembro de 2011		
Adições	22.549	22.549
Amortizações – exercício	(8.663)	(8.663)
Valor líquido	<u>13.886</u>	<u>13.886</u>
31 de Dezembro de 2011		
Custo de Aquisição	27.900	27.900
Amortizações acumuladas	(9.257)	(9.257)
Valor líquido	<u>18.643</u>	<u>18.643</u>

7. INVENTÁRIOS

A totalidade das existências registadas no final do exercício ascende ao montante de 548.129 euros (386.118 euros em 2010) e encontram-se em poder de terceiros.

8. CLIENTES

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a decomposição da rubrica de Clientes (saldos correntes), representa-se como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Clientes – Entidades públicas	816.013	489.542
Clientes – Entidades não públicas	<u>2.149.342</u>	<u>766.294</u>
Total Clientes	<u>2.965.355</u>	<u>1.255.836</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos mais significativos de clientes referem-se às seguintes entidades:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Metro do Porto, SA	1.174.061	696.852
STCP Soc.Transp.Colectivos do Porto, SA	934.159	3.571
CP-Comboios de Portugal	407.870	60.030
PSP - Direção Nacional	150.844	46.950
Dir. Geral Administração Justiça	75.205	234.099
Município do Porto	65.082	81.640
Outras dívidas de clientes	<u>158.134</u>	<u>132.694</u>
Total Clientes	<u>2.965.355</u>	<u>1.255.836</u>

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O saldo a receber da rubrica «Estado e Outros Entes Públicos» inclui I.V.A. a recuperar, representando em 31 de Dezembro de 2011 um valor que ascende a 567.893 euros (466.531 euros em 2010).

10. CAPITAL

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital social do Agrupamento, encontrava-se totalmente subscrito e realizado. Ascende ao montante de 30.000 euros divididos em três parcelas iguais unitárias no valor de 10.000 euros.

Resultados Transitados

A rubrica “Resultados Transitados” contempla a aplicação dos sucessivos resultados líquidos do Agrupamento, conforme deliberado nas Assembleias Gerais de Agrupados. A importância acumulada nesta rubrica é, em 31 de Dezembro de 2011, de -3.894.582 Euros [-4.173.190 Euros em 2010].

Subsídios ao investimento

A rubrica “Subsídios ao investimento” é composta por fundos comunitários com origem no FEDER.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram os seguintes:

	<u>Montante</u>
1 de Janeiro de 2010	<u>2.779.357</u>
Regularizações por resultados	(681.033)
31 de Dezembro de 2010	<u>2.098.324</u>
Regularizações por resultados	(526.866)
31 de Dezembro de 2011	<u><u>1.571.458</u></u>

11. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos mais significativos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Novabase Business Solutions, SA	324.153	239.292
Randstad II - Prestação de Serviços, Lda.	264.704	110.189

STCP-Soc.Transp.Colectivos Porto, SA	244.148	182.717
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	152.841	100.178
Octal -Eng. de Sistemas, SA	125.316	49.252
Metro do Porto, SA	122.806	174.732
Prosegur - Comp. de Segurança, Lda.	119.520	0
Outras dívidas a fornecedores	128.246	224.961
	<u>1.481.734</u>	<u>1.081.321</u>

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar (Saldo corrente) é o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Outros credores		
Credores diversos i)	12.153.889	6.795.483
Acréscimos de gastos		
Remunerações	31.179	56.337
Outros	0	5
	<u>12.122.710</u>	<u>6.851.825</u>

- i) Outros credores – esta rubrica refere-se maioritariamente aos montantes faturados pelos operadores de transporte aderentes à intermodalidade.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos mais significativos desta rubrica referem-se às seguintes entidades:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Metro do Porto, S.A.	6.336.425	2.808.944
Receita a repartir	2.462.224	3.184.562
STCP - Soc. Transp. Colectivos Porto, S.A.	2.395.520	283.226
Outros credores	928.541	575.093
Total saldo corrente - Outras contas a pagar	<u>12.122.710</u>	<u>6.851.825</u>

13. FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos mais significativos de fornecedores de investimentos referem-se às seguintes entidades:

	2011	2010
Octal -Eng. de Sistemas, SA	237.886	451.930
Novabase Consulting, SA	137.543	182.717
Outros	21.661	80.286
	397.090	714.933

14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo e natureza, são os seguintes:

	2011			2010		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos em conta corrente	0	0	0	700.000	0	700.000
Locação Financeira	590.423	2.235.412	2.825.835	578.364	2.821.063	3.399.428
Total	590.423	2.235.412	2.825.835	1.278.364	2.821.063	4.099.428

Todos os financiamentos estão negociados em euros e vencem juros a taxa variável.

Os bens utilizados pelo ACE em regime de locação financeira são equipamentos de bilhética, os quais se encontram registados no ativo pelo valor de 4.409.505 euros. No final do exercício o montante em dívida associado a este contrato era de 2.825.835 euros (3.399.428 euros em 2010).

15. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O valor das vendas e dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2011	2010
Prestação de serviços – Atividade intermodal	3.649.859	3.138.075
Vendas mercadorias – Títulos	1.206.463	1.207.135
Vendas e serviços prestados	4.856.322	4.345.210

16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imputação de subsídios ao investimento	526.867	544.129
Outros	42.599	4.393
Outros rendimentos e ganhos	<u>569.466</u>	<u>548.522</u>

17. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Existências iniciais	386.118	648.612
Compras	679.661	267.672
Existências finais	(548.129)	(386.118)
Custo do exercício	<u>517.650</u>	<u>530.166</u>

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Subcontratos	1.810.661	1.103.484
Serviços especializados	1.638.704	847.873
Serviços diversos	224.588	153.320
Outros	41.088	57.552
Fornecimentos e serviços externos	<u>3.715.041</u>	<u>2.162.229</u>

19. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal, incorridos durante o exercício de 2011, foram os seguintes:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remunerações		
Órgãos sociais	49.300	49.172
Pessoal	319.140	299.833
	<u>368.440</u>	<u>349.005</u>

Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	58.137	69.969
Outros encargos sociais	7.040	11.292
	<u>65.177</u>	<u>81.261</u>
Gastos com o pessoal	<u>433.617</u>	<u>430.266</u>

O número médio de empregados do ACE em 2011 foi de 11 (9 em 2010), conforme se segue:

- Pertencentes ao quadro de pessoal da Metro do Porto 7 pessoas
- Pertencentes ao quadro de pessoal da STCP 3 pessoas
- Pertencentes ao quadro de pessoal da CP 1 pessoas

20. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

O detalhe dos “Juros e gastos similares suportados” dos exercícios de 2010 e 2009 é como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Gastos com serviços bancários	101.552	70.137
Juros de financiamentos obtidos	80.421	77.435
Outros	3.167	5.915
Fornecimentos e serviços externos	<u>185.140</u>	<u>153.487</u>

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

Dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social

Não existem

Remuneração do Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único foi, durante o exercício de 2011, de 4.556 euros (5.000 euros em 2010).

ANEXOS



Indicadores 2009 – 2011 - Informação Estatística Relevante

	2009	2010	2011	Δ 11/10	
Vendas Intermodais					
Tít. Ocasionais	20.637	21.272	22.097	3,9%	
Assinatura normal	582	624	629	0,8%	
Assinatura Tarifário Social	234	162	171	5,6%	
Outras Assinaturas	254	418	494	18,2%	
Cartão Andante azul	1.672	1.696	1.737	2,4%	
Cartão Andante gold	40	37	42	13,5%	
Outros cartões	36	32	32	0,0%	
(Unidade: milhares)	23.455	24.241	25.202	4,0%	
Receita Intermodal					
Tít. Ocasionais	22.450	23.841	26.813	12,5%	
Assinatura normal	16.683	18.074	20.140	11,4%	
Assinatura Tarifário Social	4.834	3.151	3.608	14,5%	
Outras Assinaturas	3.457	5.936	8.216	38,4%	
Cartão Andante azul	834	847	867	2,4%	
Cartão Andante gold	193	182	198	9,0%	
Outros cartões	52	68	70	3,1%	
(Unidade: milhares €)	48.503	52.099	59.913	15,0%	
Utilização Títulos Transporte					
(Média Mensal)					
Títulos Viagem	1,34	1,34	1,35	0,7%	
Assinaturas normais	63,78	62,84	63,89	1,7%	
Assinaturas totais	-	56,69	57,16	0,8%	
Tipo Carregamento					
Manual	30,3%	32,6%	33,8%	4,0%	
Automático	69,7%	67,5%	66,2%	-1,9%	
Resultados (em SNC)					
Operacionais	333,9	433,8	-618,8	-242,6%	
Financeiros	-107,4	-153,5	-164,1	6,9%	
(Unidade: milhares €)	Líquidos	224,3	278,6	-788,1	-382,9%

	Carregamentos		Validações
	Quantidade	Valor (Unidade: milhares €)	
Títulos de Viagem	21.863.402	25.464,66 €	29.450.308
Andante 24	87.670	376,45 €	349.222
Andante Tour	138.390	971,66 €	958.669
Assinatura Normal	629.133	20.139,88 €	40.197.019
Assinatura 4_18	237.467	3.428,95 €	11.205.406
Assinatura Júnior	3.783	108,80 €	136.110
Assinatura Estudante	68.904	1.721,70 €	4.065.416
Assinatura 3ª Idade	89.869	1.634,87 €	5.318.774
Assinatura Ref. / Pens.	7.703	142,96 €	636.698
Assinatura Sub23	216.419	3.745,16 €	9.859.746
Assinatura Social+	39.032	1.015,84 €	2.537.344
Assinatura Andante 10/16	98	2,07 €	5.005
Assinatura P&R	1.448	24,17 €	
Cartões Andante	1.810.549	1.135,63 €	
TOTAL	25.193.867	59.912,81 €	104.719.717

2011	Títulos Ocasionais			Títulos de Assinatura		
	Cartões Util.	Validações	Média	Cartões Util.	Validações	Média
Jan	509.813	2.314.590	4,5401	112.615	6.504.653	57,7601
Fev	490.168	2.202.028	4,4924	113.558	6.244.150	54,9864
Mar	547.088	2.486.972	4,5458	117.568	7.260.919	61,7593
Abr	598.968	2.541.894	4,2438	115.351	6.106.886	52,9418
Mai	647.859	2.815.938	4,3465	117.760	7.345.256	62,3748
Jun	639.948	2.686.318	4,1977	112.517	6.064.005	53,8941
Jul	671.809	2.949.111	4,3898	89.969	5.084.882	56,5182
Ago	625.123	2.626.487	4,2016	64.801	3.612.012	55,7401
Set	613.387	2.819.175	4,5961	104.122	5.818.790	55,8843
Out	582.073	2.659.226	4,5685	120.228	7.014.956	58,3471
Nov	475.499	2.181.208	4,5872	122.181	7.036.644	57,5920
Dez	563.157	2.475.252	4,3953	113.517	5.868.365	51,6959
Total	6.964.892	30.758.199	53,1048	1.304.187	73.961.518	679,4941
Média	580.408		4,43	108.682		56,62

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E.", (Agrupamento) as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 13.759.528 euros e um total de capital próprio negativo de 3.081.186 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 788.061 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Agrupamento, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestações de contas.



6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para a situação seguinte:

- O Agrupamento, a exemplo dos exercícios anteriores, manteve a situação deficitária do capital próprio, actualmente negativo no valor de 3.081.186 euros. O princípio da solidariedade dos Agrupados pelas dívidas do Agrupamento é imposto no n.º 2, da Base II, da Lei n.º 4/73, de 4 de Junho.

Porto, 13 de Março de 2012


António Magalhães & Carlos Santos - SRCC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos (Dr.) - R.O.C. nº 177

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores membros do Agrupamento,

Cumprindo com a legislação em vigor, o disposto no contrato de sociedade e o mandato que nos foi conferido vem o Fiscal Único do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." (Agrupamento), apresentar o seu relatório sobre a atividade desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas, relativos ao exercício terminado em 31 de Dezembro de 2011, que lhe foram entregues para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Agrupamento manteve, neste exercício, o ritmo de crescimento da sua atividade, já verificada nos exercícios anteriores, reforçando o papel determinante do Sistema Intermodal Andante na utilização dos transportes públicos da Área Metropolitana do Porto.

Não obstante o mencionado crescimento, o Agrupamento viu agravada a sua deficitária situação patrimonial devido sobretudo ao facto de o contrato inicial de construção e exploração da rede de metro ligeiro ter terminado e o Agrupamento, a exemplo do que ocorre com os outros operadores, ter passado a assumir os gastos com a operação e manutenção dos equipamentos e máquinas de venda automática instalados na rede Metro do Porto.

O Fiscal Único acompanhou a atividade e os negócios do Agrupamento, realizou testes e outros procedimentos, quando entendeu necessários, aos bens e valores do mesmo, tendo obtido esclarecimentos do Conselho de Administração e dos Serviços sobre algumas situações, colaboração que nos apraz registar.

No âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração das alterações nos Capitais Próprios, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Anexo, concluindo que o Agrupamento utilizou políticas contabilísticas e aplicou critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.

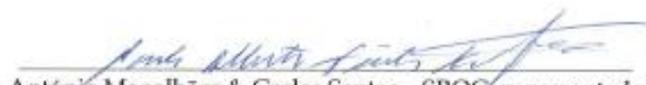
Procedeu ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, emitido pelo Conselho de Administração, do Relatório de Auditoria sobre as contas emitido pelo Auditor Externo, os quais mereceram o seu acordo e emitiu a Certificação Legal das Contas.

Face ao acima descrito, é de Parecer que

- 1.º O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2011, podem ser aprovados;
- 2.º Pode ser aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 13 de Março de 2012

O Fiscal Único


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

Página 1 de 1

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da TIP - Transportes Intermodais do Porto A.C.E., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 13.759.528 euros e um total de capital próprio negativo de 3.081.186 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 788.061 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Pólo do Soterrado, Rua Soterrado Marina, 1 - 2º, 1069 - 214 Lisboa, Portugal
Inscrita na Lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da TIP - Transportes Intermodais do Porto A.C.E. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

9 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- i) Tal como referido na nota 12 do anexo às demonstrações financeiras, a responsabilidade por receita a repartir aos operadores da intermodalidade no montante de cerca de 2.462 milhares de euros encontra-se registada na rubrica de outras contas a pagar. Está em curso um estudo com o objectivo de apurar o valor efectivo de responsabilidade por receita não repartida e o diferencial face ao registado no balanço que resulta do modelo de repartição aprovado pelos operadores, o que permitirá, em conjunto com os operadores, definir o destino deste valor;
- ii) Chamamos a atenção para o facto do capital próprio apresentar um valor negativo no montante de 3.081.186 euros. De acordo com o estabelecido na Lei n.º 4/73 - N.º 2 da Base II, legislação aplicável aos Agrupamentos Complementares de Empresas, as empresas agrupadas respondem solidariamente pelas dívidas do agrupamento.

13 de Março de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.